



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 05

Sessão Ordinária Novembro/Dezembro

3.º Reunião em 14/12/2021

Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte um, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Danilo Jorge de Almeida, Gonçalo José Pereira Vieira, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes e Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla de Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, António Augusto Cruz de Aguiar, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.⁰⁰¹

Nesta reunião da sessão, faltou a Vogal Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Luis Miguel Capão Filipe, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Faltou a Vereadora Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário das substituições dos Vogais, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e António Manuel Santos Salavessa, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Sílvia Fernandes Ribau, Celme Cristina de Jesus Tavares, Ivo Alexandre Alves Angélico e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Henrique da Rocha Vieira, e Miguel António Costa da Silva, se fizeram substituir nesta reunião da Sessão, respetivamente por, Danilo Jorge de Almeida, Gonçalo José Pereira Vieira, Daniela Carla de Sousa Pinto e Carlos Alberto Martins Nunes.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa da Assembleia, prosseguiu a “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro, nos seguintes pontos:

Ponto 8 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2022;

Ponto 9 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022;

Ponto 10 - Apreciação e votação da Derrama para 2022;

Ponto 11 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2022;

Ponto 12 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2022;

Ponto 13 – Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas);

Ponto 14 – Apreciação e votação da Reprogramação de Empreitadas – Exercícios de 2021 a 2024 – Autorização de assunção de compromissos plurianuais.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

Ponto 8 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2022.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na Reunião Ordinária Pública 03/12/2021, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia e fazem parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

Presidente da Mesa⁰⁰⁷

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁹

“Boa noite a todos. Vou então fazer uma breve intervenção. A gestão financeira e operacional dos últimos anos possibilitou a diminuição significativa da dívida, o que permite a apresentação de um Plano e Orçamento baseados nos princípios da sustentabilidade financeira e na prossecução de projetos de investimento com forte aproveitamento de fundos comunitários, dos programas de financiamento atuais e próximos.

O PPM revê-se nesta proposta, na continuidade de projetos e execução das áreas de intervenção, tais como a Saúde, a Educação, a Cultura, a Reabilitação Urbana, qualificação de zonas em ambiente natureza, assim como a melhoria da rede de mobilidade no concelho com recursos a energias renováveis.

Salientamos a importância de concertar as ações previstas nos vários setores entre si, assegurando a harmonização dos vários interesses e das várias necessidades dos aveirenses, tendo em vista o desenvolvimento económico e social, a sustentabilidade e a igualdade de oportunidades.

Destacamos apenas a importância de alguns projetos. Na área da Cultura, Ambiente e Turismo. A candidatura de Aveiro Capital Europeia da Cultura 2027, com todas as ações que o próprio processo de candidatura prevê ao longo dos anos até 2027. O processo de qualificação de dinamização da utilização do Centro de Congressos de Aveiro. A introdução dos motores elétricos nos barcos moliceiros e ativação de ferryboat elétrico são alguns exemplos de ações de grande importância para o aumento da qualidade de vida em Aveiro, com repercussões diretas na área da preservação do Ambiente, da dinamização da Cultura e do Turismo.

As ações e iniciativas a realizarem-se devem permitir minimizar os constrangimentos ligados aos efeitos menos positivos da sazonalidade do Turismo, apostando na realização de eventos durante todo o ano e na qualificação de infraestruturas que permitam formas de Turismo fora de época alta, tais como Turismo Corporativo ou o Turismo Desportivo, por exemplo.

A necessidade da qualificação da zona da antiga lota é de grande importância. Trata-se de uma das entradas para a cidade de Aveiro, assim como do acesso a infraestruturas desportivas e de lazer para os aveirenses e visitantes. O executivo tem multiplicado esforços no sentido de obter o poder de intervenção junto da autoridade. Esperamos que 2022 seja o ano do início da intervenção naquela zona por parte do município.

Na área do emprego e empreendedorismo. O plano e orçamento 2022 prevê um programa de apoio ao empreendedorismo e à atividade económica e dá uma especial atenção à questão do pólo de Aveiro da incubadora de empresas da Região de Aveiro, através de parcerias com várias entidades e organizações. Esta intervenção é fundamental para contribuir para a criação de emprego, potencial desenvolvimento económico e criar riqueza.

A cidade de Aveiro com grande tradição ao nível do empreendedorismo, tem também as características para atrair formas de trabalho contemporâneas em ascensão, tais como trabalhadores remotos e nómadas digitais que procuram locais com práticas sustentáveis para desenvolver projetos, missões, praticar atividades nos seus tempos livres e onde possam ter todo o tipo de infraestruturas de apoio.”

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

“Boa noite a todas e a todos os que estão aqui e os que nos acompanham pela transmissão. Quanto a este ponto o PCP diz o seguinte: até 31 de Outubro o município tinha arrecadado 48,3 milhões de euros de receitas correntes e 6,3 milhões euros de receitas de capital.

Fazendo as contas para previsão (dividir por dez e multiplicar por doze) teremos então em 2021, qualquer coisa como 58 milhões em receitas correntes e 7,6 milhões em receitas de capital — serão realizados 65 ou 66 milhões de euros.

Foram pagas até 31 de outubro despesas na ordem de 61,6 milhões, aqui com maior peso relativo de despesas de capital, o que permite ter como razoável uma previsão de a rondar os 73 milhões de euros em 2021.

Não fiquem preocupados com o facto de a despesas serem superiores às receitas. O enorme e absurdo saldo de 51 milhões de euros, que existia no início deste ano, terá sido mordido em menos de uma quinta parte.

Poderão alguns pensar que a intervenção do PCP se está a desviar do assunto, mas não. Eu explico

A questão que queremos destacar é que, excluindo o saldo transitado, as receitas cobradas serão à volta de 65 milhões de euros e que nos apresentam agora, sem que se refira o Saldo que existirá e que será integrado em 2022, um Orçamento para 95 milhões nas receitas. Tal Orçamento, prevendo um aumento das receitas na ordem dos 50% não pode ser verdadeiro.

Ora, como a Câmara Municipal não vai arrecadar os 95 milhões – e sabe bem que não vai. E como todos os investimentos e pagamentos previstos, totalizam os tais 95 milhões, estamos perante um Orçamento de fantasia.

Até poderíamos concordar com tudo o que está no Plano Plurianual, é um bom documento, parabéns à equipa técnica que o produziu, mas sabemos que no fim, muito do que lá está escrito ficará por fazer.

No final de 2022 a Câmara Municipal dirá “fizemos isto, aquilo, e aqueloutro” sem referir o que não terão feito, nem as razões porque não o fizeram — e é esse o primeiro questionamento que se impõem?

Falta ainda uma informação sobre o Saldo que existirá a 31 de dezembro 2021. A não ser que exista uma situação extraordinária de pagamento por exemplo de amortização substancial do que ainda se deve ao FAM, tal Saldo será substancial, porventura na ordem dos 40 milhões de euros. Era importante que a Câmara prestasse uma informação à Assembleia sobre o que pretende fazer.

Estes documentos poderiam revelar determinação, ou capacidade de execução, ou ainda clareza e transparência, mas pela nossa experiência, como atentos observadores, construtivamente críticos da política municipal deste executivo, tememos que revelem fantasia, ou pior que revelem logro.

Porque estes documentos ainda estão condicionados, desnecessariamente já o dissemos várias vezes pelo receituário do PAM, votaremos contra. Muito obrigada.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[011](#)

“Boa noite Senhor Presidente da Câmara e da Assembleia. Senhores vereadores, senhores deputados municipais. Eu li com atenção a este documento e vou começar por fazer umas considerações gerais acerca dele e também a uma avaliação nossa um pouco geral, sobre os anteriores dois mandatos do eng. Ribau.

Nós reconhecemos que o Eng.º Ribau apanhou a Câmara em 2013 com enormes dificuldades financeiras e que desde então para cá tem feito um esforço de pôr as Contas em ordem.

Lamentamos apenas que isso tenha sido feito muito à custa de impostos sobre os munícipes. Nomeadamente taxas elevadíssimas de IMI. Também reconhecemos que têm feito obra. Goste-se ou não tem feito a obra e tem mostrado competência, a ir buscar fundos europeus. Indiscutível esse aspeto, também. Mas há algumas coisas que nós achamos que poderiam ter sido feitas melhor. E nós Partido Chega, estamos aqui para dar sugestões do que poderá ser feito e do que poderia ter sido feito melhor e poderá ser feito ainda melhor no futuro.

Eu imagino que o Eng. Ribau pense que não conta com o Partido Chega para nada e que nós somos uns radicais e não conta com as nossas ideias para nada. Mas olhe, trouxe aqui, tem aqui um programa do Partido Chega, depois deixo-lho aí na Mesa se quiser ler e pode ser que mude a sua opinião acerca do nosso Partido.

Sabe que está há dois anos atrás esse tipo de conversa ficava bem e captava a simpatia das pessoas, mas o cidadão comum cada vez mais vai percebendo que o Partido Chega, não é nada do que aquilo que se diz na comunicação social.

Mas voltando agora ao documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento. Eu como também já percebi que o Eng.º Ribau gosta de pegar nas minhas palavras, muda-lhe ligeiramente o sentido, para depois arranjar maneira de atacar o Partido Chega. Eu vou dificultar hoje um bocadinho essa tarefa. Espero fazer-lhe na minha intervenção umas cinco perguntas, muito claras e objetivas, em que eu gostaria que o Eng.º Ribau me respondesse. Primeira pergunta. É muito simples, é uma mera informação que nós queremos saber, um esclarecimento. Na página 24 é referido que o Eixo rodoviário Aveiro/Águeda vai mesmo

avançar. Nós gostávamos de saber o ponto da situação desta obra. Se já tem data prevista de para começar, se pode comprometer-se com uma data de início da obra.

Relativamente à segunda pergunta, tem a ver com os gastos da autarquia em eletricidade. Isto parece-nos a nós um ponto mais polémico. Estive a analisar o documento s e, portanto, a Câmara tem uma previsão de gastos anuais à volta dos 3,7 milhões de euros em eletricidade, portanto edifícios municipais, iluminação pública, etc. E, entretanto, surge agora esta notícia há dias no Diário de Aveiro. Custo da energia dispara para 7,5 milhões, mas a Câmara quer negociar.

Eu relativamente a este assunto tenho as seguintes perguntas relacionados com este tema. O que fez a Câmara, que medidas tomou a Câmara nos anteriores dois mandatos? E que medidas planeia tomar neste mandato para otimizar a eficiência energética dos seus edifícios. Foram feitos estudos de otimização energética dos edifícios municipais? Foram colocados painéis fotovoltaicos em alguns dos edifícios e se foram em quantos e se não porque não foram?

Eu não sei se têm noção, mas se a Câmara tivesse colocado no início do seu mandato em 2013/2014 painéis fotovoltaicos nos edifícios municipais poderiam estar atualmente a lucrar a poupar, provavelmente umas largas centenas de milhares de euros por ano.

Eu trabalho na área ligada à energia, portanto, não sou propriamente um leigo na matéria. Com painéis fotovoltaicos, vocês tinham um retorno do investimento em 4/5 anos, com os atuais preços de energia até tinham o retorno do investimento em menos tempo e, provavelmente, agora não estavam com estas dificuldades a nível de consumos energéticos. Eu aconselho se a Câmara tiver interesse a contactarem a agência de energia do Porto, pode ser que eles lhe deem um conselho acerca disso, ok.

Eu espero que não interprete isto, como estando aqui a representar os ecologistas ou o PAN, nada disso. Estamos aqui a representar os aveirenses e esta nossa questão acerca da energia visa tentarmos reduzir os gastos da Câmara e, com isso, reduzir, obviamente os impostos que os aveirenses pagam.

Depois temos outra pergunta relativamente à questão das BUGAS. Nós sabemos que as Bugas são gratuitas e nós questionamos se a Câmara já equacionou a hipótese de obter alguma rentabilidade com as BUGAS? Copiando por exemplo o modelo que se segue em Lisboa. Lá chamam-se GIRAS, portanto, a Câmara de Lisboa tem 2 modelos Giras. Tem manuais e tem elétricas, que tem uma aplicação de GPS e a Câmara poderia eventualmente integrar num futuro tirar alguma rentabilidade com as BUGAS, pago pelo utilizador.

Uma quarta questão. Tem a ver com a Feira do Livro. Aqui a câmara diz que organizam a Feira do Livro, mas a nós parece-nos que chamar “Feira do Livro” àquilo que a Câmara organiza parece-me um bocadinho exagerado. Eu questiono, qual é o motivo que impede a Câmara de organizar uma Feira do Livro verdadeiramente digna desse nome?

Nós sabemos com o nosso Presidente da República gosta muito de ler livros e eu pergunto ao Eng.º Ribau se teria coragem de convidar o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa para visitar a Feira do Livro organizada pela Câmara de Aveiro.

Finalmente, eu vou abordar um tópico que é um bocado caro ao Partido Chega. Claro que, eu encontrei aqui uma intenção de política municipal de multiculturalismo! É caso para dizer que já só faltavam as medidas fofinhas e politicamente corretas desta direita fofinha.

Eu, por experiência pessoal, eu creio que haverá pouca gente nesta sala que tenha, que saiba mais de multiculturalismo do que eu. Eu vivi 7 anos em Inglaterra, sei o que é multiculturalismo muito bem. E os dois últimos anos entre 2015 e 2017 marcaram-me e muito. E, portanto, nós temos de ter um bocadinho de cuidado com esta questão do multiculturalismo. O Partido Chega não é contra a imigração. Nós somos pela imigração, mas somos pela imigração das pessoas que vêm trabalhar para o nosso país, mas numa regra base que é “em roma és romano”. E, portanto, quem vier para o nosso país, tem de

aprender a nossa Língua, a nossa Cultura e respeitar a nossa História. Portanto tem de ser eles a adaptar-se a nós e não nós a adaptarmo-nos eles.

Dito isto, eu termino com uma pergunta: o que é a política municipal de multiculturalismo, que se pretende com esta política municipal de multiculturalismo, para que serve e qual a sua real necessidade? Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[012](#)

“Obrigado Senhor Presidente, relativamente ao ponto 8 gostaríamos de fazer algumas questões e algumas considerações. Relativamente a questão da Ria, saudamos a preocupação com a Pateira e com os jacintos de água. No entanto, questionamos sobre o Rio Vouga e os jacintos lá presentes, erva cortadeira e as restantes espécies invasoras, como cana-do-reino e a tintureira e as restantes ações de controlo ambiental.

Relativamente ao CROA o que vem expresso no documento apresentado, significa que, pelo menos durante mais um ano, não terá sequer o início da construção de um centro de recolha oficial de animais.

Quanto à Cultura, esperamos que ordem apresentada no documento, não significa que a prioridade do orçamento e para o betão, como é dado primazia nos primeiros 6 pontos e só depois opções culturais de programação e ação. O que não deixa de ser curioso, quando para a mesma maioria o betão é cultura as mensagens em paredes pré-história.

Saudamos a intenção de criar o Conselho Municipal da Juventude, apesar de a maioria lhe ter dado outro nome, indo ao encontro do que o PAN já tinha apresentado nesta Assembleia. Disse.”

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[013](#)

“Boa noite, caros presidentes, caro executivo, cara Assembleia Municipal e caros cidadãos. Atentemos naquilo que é a proposta de governação da direita em Aveiro. Com austeridade, com impostos e taxas no máximo, para serviços públicos no mínimo. Os impostos, sobretudo aqueles que incidem sobre a população demonstra essa austeridade. Serviços como os transportes públicos continuam nos mínimos. Faltam políticas de habitação pública ou públicas de habitação para responder ao crescente preço da habitação. Infeliz ausência de ação social e a pouca que é feita é no modelo errado. Continuam a querer vender terrenos, agora o atual estacionamento autocarro bar para residências privados de elevado custo. Esperemos que desta vez o PS mude posição e que vote contra a venda de terrenos públicos. Para a direita e usando declarações de Ribau Esteves numa reunião de Câmara, para responder à falta de mão de obra, as pessoas não trabalham porque vivem de subsídios. Andam de subsidio em subsidio, vivem de subsídios, acrescentado ainda, e pasme-se, que a Câmara quer ajudar as pessoas a trabalhar, mas que empregos com boas condições de trabalho, horário, e ordenado não existem.

E como responde a direita isso? Responde com baixos salários e a recusa de aumentar o salário mínimo nacional e ataca as prestações sociais. Essa foi a política do Governo de Passos Coelho que a direita agora reproduz em Aveiro, mas foi política contrária àquela que surgiu depois de 2015, que fez a taxa desemprego descer e que levou à subida dos salários.

Olhando para o Orçamento vemos os impostos e taxas elevados. Por exemplo o executivo municipal deliberou aprovar para o ano de 2022, uma atualização de acordo com a taxa de inflação das várias taxas municipais nalguns casos em 74%. Aos impostos iremos noutros pontos. No que diz respeito às parcas prestações sociais, algumas das medidas da Câmara que demonstra claramente que a Câmara Municipal não tem serviço público de ação social,

como deveria ter. Apoio às famílias, através do fundo de apoio às famílias até 2021 e mantém para 2022 o orçamento de 150 mil euros, em plena pandemia e crise social é este orçamento de apoio de Câmara às famílias. Ainda para mais num modelo que não serve para apoio social. O modelo em que as pessoas que têm carências económicas, tem de ir bater à porta da Câmara Municipal pedir apoio e depois a Câmara decide caso a caso se apoia ou não. Isto permite o arbítrio, decisões diferentes para casos semelhantes. E impede aquilo que é necessário como o centro da ação social, autonomia dos cidadãos.

O Bloco de Esquerda defende o modelo que comece logo como direitos sociais. Por exemplo, a aplicação da tarifa social da água seja automática, em vez dos atuais 49 beneficiários, teríamos 5.193. Tal como o são os beneficiários da tarifa social de energia. Em vez disso, temos pessoas a dirigir-se à Câmara, porque não conseguem pagar a conta da água, por exemplo.

A campanha do comércio tem aqui milhão e meio de euros, que prevê meio milhão para a população em geral e meio milhão para a população carenciada e que foi reforçado mais dinheiro, não é uma resposta séria de ação social nem deve ser categorizado como tal.

A atribuição de apartamentos a uma IPSS para o alojamento de pessoas sem-abrigo é importante, mas precisamente porque a Câmara não tem uma política de ação social própria. O Bloco defende que a Câmara tenha programas de ação que forte que são programas promovem o acesso à habitação para pessoas em situação de sem-abrigo. Portanto estes são alguns dos exemplos da forma como a Câmara Municipal continua a falhar naquilo que é essencial e acaba por copiar e imitar no Orçamento municipal aquilo que se fez no passado no Orçamento nacional. Isto é, impostos e taxas no máximo e serviços e apoios públicos no mínimo.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰¹⁴

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁵

“Obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Estamos perante o primeiro Orçamento que irá decorrer após o final do programa de ajustamento municipal. O final antecipado do PAM é prova inequívoca de opção tomada em recorrer a este instrumento e, sobretudo da política seguida ao longo dos últimos anos, no sentido da reorganização dos serviços municipais e da redução de dívida. E que permita a Câmara voltar a ter controlo absoluto no plano financeiro que resulta das suas opções políticas. Nesse sentido, este Orçamento é um orçamento de continuidade de políticas sociais, de obras, de programas, validando as escolhas que os aveirenses têm vindo a fazer nas eleições autárquicas e que levaram a uma melhoria significativa quer na Câmara quer no concelho, quando comparados com a realidade que vivíamos em 2013. No entanto, não nos podemos esquecer de todo o quadro de incerteza que temos ainda nossa frente. Uma pandemia que há poucos meses atrás pensava-se que poderia estar controlada, mas que aumentou novamente a sua intensidade, sem se saber como e quando deixará de influenciar negativamente a nossa vida.

O Orçamento de Estado que só entrará em vigor daqui por mais ou menos de meio ano, sem que seja possível aferir neste momento quais as consequências que daí podem resultar para os orçamentos municipais. E toda uma situação de instabilidade de preços dos bens e serviços necessários à boa execução das atividades municipais, a dificuldade de contratação de empreitadas com o conseqüente aumento dos seus preços e toda uma carga burocrática imposta para justificar a existência de muitos serviços na capital que, de outra forma, não faria qualquer sentido existirem.

Relativamente a alguns dos dados que o documento analise nos apresenta, salientar, em 1º lugar, prossegue a bom ritmo o pagamento e conseqüente redução da dívida bancária. Que

se prevê que possa atingir cerca de 5.5M de euros no próximo ano a que acresce mais cerca de meio milhão de juros, verificando-se também que no final do ano estaremos, finalmente, com o Estádio Municipal praticamente pago. Falta cerca de 100 mil euros, julgo.

O investimento municipal reverte cada vez mais um caráter plurianual. Sendo de destacar entre outros os seguintes investimentos. Na Educação, com a reabilitação e a construção nova em diferentes escolas; na Cultura, com a reabilitação do Museu de Aveiro; na Habitação Social com a continuação da reabilitação dos bairros sociais municipais; na requalificação da Rede Viária; na construção do novo pavilhão desportivo municipal, na reabilitação da piscina e do pavilhão do IPDJ; início do projeto da nova piscina municipal; na recuperação dos Mercados Municipais e do Parque de Feiras e Exposições; o novo ferry elétrico. Estamos confiantes que 2022, possa ser o ano em que seja possível recuperar alguma normalidade na vida de todos nós. E que daqui por um ano, todos os ses que ainda pairam sobre o futuro deixem de ser fator relevante no Orçamento de 2023.

Votaremos assim favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2022, que nos é presente neste momento.”

Vogal Pedro Silva (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

“Senhor Presidente, muito boa noite. Caros colegas, Executivo e restantes vereadores. Apenas duas ou três notas. Obviamente nunca será de mais repetir a importância das GOPs no contexto daquilo que é a estratégia do município para o presente ano e subsequentes. E, portanto, nesse aspeto direi, como diria Jean-Luc Godard, duas ou três coisa acerca dele. No sentido de poderem ser indicações e quem sabe, possibilidades, de incorporações naquilo que serão, obviamente, no que poderá acontecer nalgumas revisões que o Orçamento poderá ter.

É justamente neste ponto que me parece que era importante, sem prejuízo de um conjunto de intervenções e de ações que nele estão consagrados e que certamente têm unanimidade por aquilo que de bom traz para o município, para Aveiro e para os aveirenses. Queria, no entanto, destacar a alguns pontos, justamente para, eventualmente, vossa consideração, consideração desta câmara, consideração do executivo. E, sobretudo, é aquilo que nos parecia mais relevante é acertar com o tempo. Precisamos de acertar com o tempo algumas medidas.

Direi três ou quatro exemplos que nós precisamos acertar com o tempo contemporâneo, com a nossa contemporaneidade. Desde logo na matéria de habitação.

Efetivamente vemos neste Orçamento, neste documento estratégico, vemos que a estratégia local de habitação está aqui inserida.

Portanto vamos ter um trabalho importante do ponto de vista da estratégia local de habitação, naquilo que já numa intervenção anterior fiz referência, à importância que ele nos traz justamente nas novas políticas, nas novas gerações da política habitacional e na sua abrangência, tendo a pessoa como elemento essencial.

E, portanto, nesse aspeto, é absolutamente importante esse registo que fica e que está de acordo com esta necessidade. É claro que, eventualmente, poderemos aqui falar e debater-se se poderá vir já um pouco tarde relativamente às 26 mil habitações que têm a um apoio do governo em 100%.

As primeiras 26 mil habitações no PRR tem inscrição de cem por cento de apoio a fundo perdido.

Esperemos que chegue a tempo, esperemos que sim. Também estamos aqui certamente nesta câmara para apoiar com a nossa dimensão de trabalho, justamente na aprovação dessa estratégia local de habitação, para se inserir ainda no aviso que já saiu.

Bom, direi assim: é que há outros passos a dar. Passos fundamentais e até conceitos relativamente à habitação que precisamos de acertar com este tempo. Desde logo a Lei de Bases da Habitação e, nomeadamente a sua carta municipal de habitação. Mas a Lei de Bases da habitação refere e bem que este conceito de habitação tem que passar e tem que evoluir. Pensar que da habitação passámos à discussão e ao debate do habitat. Isto é, não é só a matéria do edifício daquilo que é o local onde nós vivemos, mas também a sua dimensão circundante, o seu espaço público, o trabalho onde se insere, o local onde se insere e isso é absolutamente relevante. E a Lei de Bases impõe ao país a sua elaboração, a carta municipal de habitação. É, por isso se calhar necessário que, após a elaboração da estratégia local de habitação ou até os elementos da estratégia local de habitação possam ser já aspeto importante para a evolução para este novo conceito que a Lei de Bases da habitação aqui nos insere. E, portanto, aceitaremos o tempo com este conceito, que é o conceito contemporâneo da Habitação e do habitat que a Europa nos traz já há longa data. Um outro aspeto que me parece relevante e que tem a ver também com a nossa qualidade de vida é justamente a matéria que se prende com a gestão urbanística. A sua rapidez, a sua eficácia, a sua eficiência, é fundamental naquilo que é a procura do município para resposta, das solicitações que se coloca. É importante essa rapidez e essa eficácia, até para conservarmos e bem, aliás o registo do Instituto Nacional de Estatística assim o demonstra também, que a matéria da habitação se foi desenvolvendo (não estamos a falar dos preços, mas a quantidade), mas a verdade é que importava que esta questão fosse qualificada a partir do momento em que temos o Plano Diretor Municipal feito e, portanto, podemos passar o nosso tempo, uma vez que não precisamos de PDM, pois é o Plano de Urbanização para os meios urbanos que melhor responde, nos conteúdos, na escala, aquilo que melhor responde naquilo que será a eficácia que a Câmara Municipal terá na resposta da gestão urbanística.

E, portanto, também aqui este desenvolvimento a partir do plano diretor municipal. Temos índices abstratos, e passaremos a ter parâmetros urbanísticos concretos, permitirá ver e ter a perceção exata daquilo que é os fatores de desenvolvimento de organização do município. Ou seja, a matéria de ordenamento do território está cumprida, falta cumprir agora matéria de urbanismo que é essencial. Nesse aspeto a lei define o regime jurídico e é exatamente isso. Após a elaboração do plano diretor municipal, assim se faz o plano de urbanização para as áreas urbanas. Também importante as unidades de execução serão certamente fundamentais do ponto de vista das zonas industriais, das zonas de atividades económicas. Há uma grande procura e Aveiro tem na sua posição geoestratégica uma dimensão de possibilidade de facto e pelas suas acessibilidades, da possibilidade de aumento cativação como de resto temos vindo a assistir também dos investimentos relativamente importantes. Poderemos continuar a crescer e, portanto, nesse aspeto também será extremamente relevante a definição das unidades de execução relativamente às áreas de atividades económicas, no sentido de elas terem a competitividade necessária para do ponto de vista da qualidade equiparar e até de alguma maneira ter vantagens competitivas, daquilo que é a qualidade do seu espaço porque a geografia já nós a temos.

Um terceiro ponto tem a ver com aquilo que é da maior importância para, sobretudo, para as nossas freguesias fora do contexto da cidade.

O contexto urbano no primeiro ciclo círculo e no segundo círculo do nosso território, que é a Reabilitação Urbana. A reabilitação urbana tem, muito bem assim as GOPs o referem, que nas áreas de reabilitação urbana haja a possibilidade de candidaturas ao IFRRU. É um programa que deveria ser beneficiado. é o programa que precisava de ser simplificado, para que os nossos municípios tivessem ele acesso. Mas só têm acesso efetivamente no contexto das áreas de reabilitação urbana. E, nesse sentido, nesse programa que nem tem tido um sucesso que dele se esperava, a verdade é que, não obstante isso, tem alguns dos

nossos concidadãos realmente recorrido a ele, nomeadamente naquilo que são as atividades económicas de proximidade.

E, portanto, nesse aspeto era muito relevante para que todos nós tivéssemos até do ponto de vista da coesão territorial, e não tivesse centrado na cidade a política das áreas de reabilitação urbana, que a vila de Eixo, a vila de Oliveirinha, São Bernardo, e todas as outras, pudessem ter a definição da área de reabilitação urbana. E, portanto, com isso, ganhavam todos os cidadãos que lá habitam, no sentido da sua possibilidade de candidatura a este instrumento financeiro. Mas mais do que isso até, direi que, no contexto das áreas de reabilitação urbana e da sua delimitação, poderiam os nossos municípios no sentido da reabilitação, nomeadamente, das suas edificações, poder reduzir o IVA desde logo 6% que as áreas de reabilitação urbana assim nos permitem.

Portanto, do ponto de vista da coesão territorial, teríamos certamente a ganhar nesses espaços urbanos e nestas freguesias que que circundam a cidade, que efetivamente pudessem construir as áreas reabilitação urbana com esta finalidade dos benefícios fiscais do apoio.

Já o poderíamos ter feito. São raros no país os municípios que têm apenas uma área de reabilitação urbana. Eu não conheço, é capaz de haver, mas o instrumento foi criado justamente naquilo que eram os fundos estruturais e, portanto, assim se fez. Infelizmente a Comissão de Coordenação da Região Centro foi a única do país que disse que apenas apoiada áreas de reabilitação urbana do espaço central, assim foi feito pela Câmara Municipal. Porque todas as outras Comissões de Coordenação do país aceitaram que pudesse haver mais áreas de reabilitação urbana e por isso concorrer.

Bom, nesse sentido então, que fique aqui a ideia de que efetivamente esta definição das áreas de reabilitação urbana de lutar pela coesão que nos proporciona é extremamente relevante.

Mais um ponto que é extremamente importante, que é a questão da Mobilidade. Nomeadamente naquilo a que se refere a mobilidade sustentável nos transportes. E é essa matéria que nos traz aqui sempre preocupados. Há um estudo neste momento no sentido da monitorização e bem. Certamente, é preciso estar sempre a monitorizar toda a matéria de da mobilidade, em particular, porque os fluxos vão mudando em função de um conjunto de atributos e, portanto, nesse aspeto é fundamental é, porém, também muito importante, o pensamento e aquilo que nos traz juntos e provavelmente unidos, naquilo que será o transporte flexível e o transporte a pedido, como um dos elementos também essenciais definidos no regime e que teremos também de desenvolver.

Há alguns países na Europa, algumas cidades, até na vizinha Espanha já se passa, em que se está a dar esta preferência. Nomeadamente a lugares de menor dimensão e, portanto, nesse aspeto, urge apanhar este tempo, que está certamente a ser trabalhado, mas dar-lhe aqui esta urgência para que o transporte a pedido e flexível tenha também uma capacidade muito forte do ponto daquilo que é a resposta, em matéria de transportes.

Ele é absolutamente fundamental naquilo que é, nomeadamente as alterações climáticas, naquilo que é a substituição do nosso automóvel individual por aquilo que é a utilização do transporte público e todas estas condições são efetivamente importantes.

Um último ponto. Poderia falar da matéria da gestão da Educação, nomeadamente naquilo a que se pode chamar o caminho das escolas e como é que poderia ele ser tratado. Na matéria certamente do Turismo sustentável que será outro dos elementos importantes.

E deixava aqui um último aspeto, a Ria de Aveiro também. Já aqui falámos e muito bem, mas deixar aqui uma nota final relativamente também a apanhar este tempo da gestão do património, sobretudo o património daquilo a que chama a política de solos. Também temos a lei de base da política de solos. Trata-se simplesmente de ponderar um conjunto de aquisições de terrenos antecipadamente e de acordo com o planeamento, no sentido de

eventualmente poder também nesse aspeto, além das políticas habitacionais e territoriais, poder ter uma base de terrenos que possa permitir incorporar no mercado quando ele for necessário e, portanto, nesse aspeto, esta matéria da gestão patrimonial e o crescimento da gestão patrimonial a partir de terrenos naquilo que é a consequência da lei de Bases da política de solos, pode ser um elemento também muito equilibrador dos preços, dos valores dos terrenos e dos valores da habitação final.

Estes foram alguns exemplos, outros poderíamos dar. Interessa assim, porém, portanto, acertarmos com o nosso tempo. Passar, depois de cumprir uma tarefa, outras tarefas deverão daí decorrer e, portanto, deixar esta notinha como sugestão, para aquilo que pode ser eventualmente vir a ser integrado também na dimensão estratégica e no Orçamento municipal. Muito obrigado.”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa noite a todos. Aos colegas e ao Executivo, Mesa, e a quem nos segue pelas redes sociais.

Olhar para este documento e pensar que há 8 anos atrás é como ter quase uma miragem. Este é um documento de continuidade, é um documento realista, é um documento totalmente diferente do documento apresentado aqui há 8 anos. É um documento ambicioso e aí é característica que o primeiro documento que tinha. Uma ambição de fazer diferente e fazer melhor.

E este documento confirma isso mesmo. O trabalho que se teve e todos os sacrifícios que todos tivemos, para hoje estarmos aqui a ler este documento, a fazermos as nossas dissertações, como as que ouvi há pouco.

Mas de facto, temos de dar-lhe o verdadeiro valor. Que é ter um documento realista, um documento ambicioso, um documento estratégico e um documento abrangente. Um documento abrangente porque vai a todos os cantos do município e disso ninguém pode ter dúvidas, porque quem está aqui há alguns anos viu isso, não é.

As intervenções acontecem em todos os cantos do município e em todas as áreas. É um documento com uma componente social forte, na área da Educação, nomeadamente quem viu o parque escolar há 8 anos e o vê agora é a maior evidência.

Na área da Saúde. Tivemos este ano e o que passou a COVID-19 que nos pôs à prova, nomeadamente ao município e às juntas de freguesia, e tivemos a resposta no momento certo. Na área Cultural e também na cooperação institucional, porque eu não me canso e não esqueço da minha primeira intervenção aqui nesta assembleia e vou falá-lo sempre que se faça um comentário ao documento das GOPs, porque não esqueço mesmo dessa intervenção, que foi o facto de regozijar-me de não ver no Plano e Orçamento, a rubrica, portanto nenhuma delegação de competências para as Juntas de freguesias.

Hoje vemos 2,1 milhões de euros para as Juntas de freguesia. Portanto, só posso dizer que este documento é realista, porque todos nós, presidentes de junta que estamos aqui sentados, sabemos que ele é, de facto, concretizado no terreno. E é isso que temos confirmado ao longo destes anos.

Por isso dar os parabéns pelo documento, dar os parabéns pelo arrojo que é esta a palavra que eu acho que deve ser usada e pela ambição que se teve há 8 anos e, pelo facto de hoje estarmos aqui com este documento tão realista e tão de continuidade, com uma visão de futuro, com as suas salvaguardas nomeadamente na área da Saúde. Porque hoje em dia é tudo muito imprevisível. Portanto o que acontece hoje e o que é verdade hoje amanhã pode não ser, mas com uma certeza de que o trabalho feito até aqui, o caminho percorrido até aqui, está a dar os seus frutos. E, por isso, podemos hoje estar aqui a discutir este tipo de

documento realista e confiantes num futuro promissor para Aveiro e para todo o município. Disse.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente, Minhas senhoras e meus senhores. A força das Eleições Autárquicas de 26 de setembro de 2021 atribuem a este documento uma validação adicional. As eleições sufragaram as ideias e as opções refletidas no presente documento, pois o programa autárquico da Coligação Aliança com Aveiro tornou-se agora o programa de governação do Município de Aveiro para o mandato autárquico 2021/2025.

Este, é um documento de continuidade de uma gestão de rigor e cumprimento dos compromissos assumidos com os mais diversos parceiros, mas principalmente com os cidadãos, na gestão dos últimos 8 anos, sendo que 2022 terá características muito especiais por ser o primeiro ano da gestão da CMA após a cessação do contrato do Programa de Ajustamento Municipal (PAM), entre a autarquia e o FAM. Chamemos-lhe o ano zero, o ano da consolidação! Os nomes podem ser vários, mas a realidade é apenas uma, após uma recuperação financeira, que ainda não terminou, e estando Aveiro transformado “num estaleiro ao ar livre”, por via de um elevado nível de investimento em projetos, obras e eventos, o ano de 2022 vai continuar a trazer algo que este executivo tem sabido fazer e bem, o aproveitamento dos Fundos Comunitários do Portugal 20/20, do PRR, do Portugal 20/30, entre outros

Noutro patamar e porque a pandemia ainda não acabou, o Combate ao Covid-19 vai continuar a exigir uma postura bastante ativa da autarquia. Por um lado, a ser parceiro, mas por outro, infelizmente, a ter de suprir as muitas falhas do Ministério da Saúde e na ação direta de apoio à atividade social e económica, sobretudo através do Plano de Ação de Apoio à Atividade Social e Económica (PAAASE), já com resultados muito positivos em 2020 e em 2021.

Nesta nova fase, passaremos a ter orçamentos tendencialmente mais realistas, e com conseqüente aumento do nível de execução das GOP e do Orçamento.

Mas o presente documento reitera uma estratégia de continuidade em 2022 de realização de investimento, com um grande conjunto de projetos, obras e eventos em todas as áreas e por todo o concelho, sempre tendo em conta os objetivos assumidos com a população e aproveitando ao máximo os Fundos Comunitários disponíveis.

Ainda que todos conheçamos as dificuldades da atividade económica atual, pois é o aumento dos custos das obras, é a escassez de Empreiteiros e de mão-de-obra disponível, principalmente a qualificada, é o brutal aumento dos custos com a energia e combustíveis, é a escassez e a pressão inflacionista nas matérias primas e restantes produtos, são os circuitos de distribuição nacional e internacional que revelam uma estranha escassez e uma galopante subida de preços, associada a uma já típica e portuguesa excessiva burocracia.

Mas nem assim o trajeto sofrerá desvios. Continuarão os projetos, as obras, a qualificação urbana na Cidade e por todo o município, a intervenção na rede viária, além de importantes investimentos em 5 eixos fundamentais da vida comunitária como a Educação, a Habitação e a Ação Social, o Desporto e a Cultura, continuando a elevar a qualidade de vida dos aveirenses e a sua coesão social.

Sendo disso exemplo, o crescimento da oferta Cultural e do trabalho de desenvolvimento de projetos e de parcerias nesta área chave, elevando a fasquia em 2022, em simultâneo com a continuidade do processo da candidatura de Aveiro a Capital Europeia da Cultura 2027.

Para futuro continuam a ser de extrema relevância as participações ativas e liderantes deste executivo nas mais diversas instituições, como são disso exemplo a CIRA e a ANMP, para a qual o nosso presidente de camara foi reeleito 1º Vice-Presidente no passado fim-de-

semana (a quem aproveito para dar os parabéns) apostas que se têm demonstrado acertadas para antecipar processos, movimentações e benefícios para Aveiro e principalmente para os Aveirenses.

Este trabalho junto das Autoridades de Gestão dos Fundos Comunitários e do Governo deve continuar a receber uma atenção muito relevante, pois na Aliança com Aveiro continuamos a lutar pela conquista de vários investimentos estruturais para a Região, como a ligação Aveiro-Águeda ou a qualificação e a ampliação do Hospital Infante D. Pedro.

Continuará a aposta no Aveiro Tech City, que tem pela frente uma garantia forte de crescimento. Com a finalização do projeto Aveiro STEAM City, com investimento de 6Meuros, dos quais 4,9M euros relativos a Fundos Comunitários, sendo Aveiro uma das 22 candidaturas aprovadas entre as 184 que concorreram. Pretende-se continuar a trabalhar a Descentralização, mantendo as operações que registam saldo claramente positivo como a Cultura, a Educação, mas também as que vão ter o seu início em 2022, como por exemplo a relevante área da Ação Social, tendo em conta que o executivo autárquico, quer fazer bem, quer cuidar dos aveirenses.

Ficamos ainda satisfeitos por sentir cada vez mais o carácter plurianual deste Plano e Orçamento, por sentir que cada vez mais que o investimento é contínuo na cidade, por via dos inúmeros projetos, obras e eventos inscritos em 2021, e que terão continuidade no ano de 2022 e muitas delas, ainda para o ano de 2023. Sempre sem perder a noção que estamos numa fase de transição dos instrumentos dos Fundos Comunitários.

Assim, as GOP2022 assumem um investimento Municipal, com um valor de 55M euros, com um montante global do Orçamento a assumir o valor de 95Meuros, mas que presumivelmente (citando o Senhor Presidente) ascenderá a cerca de 130M euros com a integração do saldo de 2021. Sendo relevante recordar que o rácio Dívida Total sobre Receita Corrente era em 2013 de 3.4 e sete anos volvidos temos um rácio de 1.4%. Antecipamos metas previstas para 2024 em 4 anos, mas continuaremos a ter um serviço de dívida, pesado, de cerca de 6M euros, apesar de reduzir cerca de 20% face ao Orçamento anterior, é ainda um valor muito relevante na gestão autárquica aveirense e com um prazo de maturidade ainda bastante alargado.

Continua a ser prioritário prosseguir a redução da dívida total da CMA, sendo ponderados na continuidade das receitas e com especial atenção para as opções a tomar no OE2022 que por força das eleições legislativas de 30 de janeiro, apenas terão uma definição legal em meados do ano, o que nos exige as devidas e redobradas cautelas.

Sendo que este é o Orçamento do ano zero de uma quarta fase da vida recente da CMA, a fase da consolidação. Uma elevada prudência financeira face ao contexto socioeconómico e político nacional. Em suma, em 2022 vamos viver o primeiro ano sem PAM, o que significa a retoma da nossa autonomia.

Iremos ter um forte nível de investimento em múltiplas áreas e por todo o Município, tirando o máximo proveito do Portugal 20/20, do PRR e do Portugal 20/30.

Continuaremos a ter uma autarquia focada no Combate ao Covid-19, nas suas diversas vertentes, sobretudo por via do PAAASE, pois a pandemia ainda não acabou.

Continuaremos a ter uma autarquia a trabalhar no processo da Descentralização, a assumir responsabilidades de liderança na participação em projetos à escala municipal, regional, nacional e europeia.

Continuaremos a ter um trabalho de equipa global, com o Executivo, com as Associações, com as Juntas, com as Empresas, a Universidade, os Aveirenses.

As GOP e o Orçamento 2022 são um instrumento muito importante para conquistarmos mais, continuando a fazer Mais e Melhor pelo Município de Aveiro.”

Presidente da Mesa⁰¹⁹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“Obrigado Senhor Presidente, Saudar a Mesa, o Presidente da Câmara e a sua vereação e os senhores deputados presentes e todos os cidadãos que nos acompanham aqui e em casa. Estamos perante um documento que reflete uma estratégia, como já aqui foi dito, que começou em 2017.

Não começou ontem e alguns de nós sofremos bastante, alguns anos, até que esta consolidação existisse. Ela aí está. E espero que não estraguem futuramente.

Estas Grandes Opções do Plano defendem a continuação da boa gestão da Câmara ao longo de 2017 até hoje. E demonstra também que o caminho que nos trouxe até aqui é para prosseguir e agora com mais afinco. Com mais disponibilidade, com a possibilidade de reforçar a estratégia para bem dos aveirenses. E não posso deixar de exaltar, como foi resolvida a situação financeira da Câmara. Como se pegou na implementação, esquecida durante muitos anos e penalizadora para Aveiro, de novas áreas industriais.

Nós hoje estamos cercados por 3 concelhos que disponibilizam áreas industriais para investimento e que nós estivemos tempo demais a dormir relativamente à captação de empresas.

Realçava também a franca melhoria da rede viária. E dou aqui já dois exemplos. Um concretizado e outro prestes a concretizar. Rua da Pêga e a Avenida Europa na zona urbana de Cacia.

A aposta que foi feita na Educação, não só nos edifícios, mas também no âmbito da descentralização. A Câmara Municipal aumentou o número de pessoal relativamente ao rácio que o Ministério defendia.

A aposta que foi feita na Saúde e no apoio social. O movimento associativo agradece (e eu tenho sentido isso porque faço parte de algumas) o empenho que a Câmara tem feito para com eles e o apoio que lhes têm dado, no sentido de reconhecer o trabalho fundamental que eles fazem relativamente às pessoas. Porque é para as pessoas que as entidades devem funcionar.

As parcerias com as juntas de freguesia. Como eu invejo Senhor Presidente a minha passagem pela Junta, com as situações que elas hoje têm. Ainda bem.

A aposta feita na habitação social. A aposta feita no Digital. Tudo isto para dizer que os aveirenses e, por isso, nos recompensaram nas últimas eleições, sentiram que muito disto ou quase tudo isto foi feito para as pessoas de Aveiro. Daí o resultado que as eleições deram.

Deixava daqui senhor Presidente, enfim, mais um desafio, já lhe fiz alguns, com sorte foram resolvidos.

É fundamental que a Câmara de Aveiro e a CIRA continue a exigir ao Governo da nação, qua a RIA e toda a área lagunar, tenha uma entidade sediada na Região que nos defenda. Porque mais do que quem está em Coimbra ou de quem está em Lisboa, quem conhece esta zona e a quer preservar somos nós. Obrigado.”

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Cumprimento a Mesa e o Executivo, os restantes colegas e todos os que nos assistem. Este documento é um documento de enorme importância na vida do município. E aqui o que temos é um documento que demonstra claramente um inconformismo, uma irreverência, uma vontade muito grande, de facto, de conquistar tempo perdido no que toca um conjunto de infraestruturas absolutamente essenciais. Infraestruturas e ações imateriais que são essenciais para a vida do nosso município e só olhando para a extensa lista que aparece, nomeadamente nas grandes Opções do Plano e que nós entendemos como é que tivemos parados durante tanto tempo!? Porque não há uma

única medida que esteja elencada nos GOP e verdade seja dita, algumas transitam do GOP de 2021, naturalmente, não foi tudo feito e com toda a certeza, algumas destas vão transitar para 2023. Mas, na certeza, tal como disse o presidente, de que esta execução física de tudo o que aqui está elencado vai-se aproximar muito (mais pressão financeira) e, portanto, as taxas de execução vão com certeza aumentar e já são sinal disso.

A transição de Saldo de 2020 para 21 já teve uma redução relativamente a 2019 para 20. Eu dividiria algumas destas GOP em 3 níveis claros, alguns no âmbito de intervenção da CIRA, outros claramente da responsabilidade da Câmara e depois há aquelas que são da responsabilidade do Governo.

O que nós olhamos e assistimos a quem veja esta lista com alguma profundidade, é que todas aquelas que são da responsabilidade do Governo estão sistematicamente atrasadas e passam de ano para anos seguintes, sem qualquer tipo de resposta.

Eu que no passado, há muitos anos, quando se deu o referendo sobre a regionalização era muito cético, porque achava que efetivamente poderia haver aqui uma duplicação de custos muito grande, o que acarretaria ainda uma fatura muito pesada para o contribuinte, começo cada vez mais a achar que é o caminho certo. E a prova disso apenas para elencar alguns exemplos são as questões de nos objetivos sociais, que representam 66% do volume total de investimento, em que, por exemplo, se inclui a questão dos bairros sociais. Em que vamos ter continuidade das obras nos bairros sociais de nomeadamente de Santiago e faz-se o comparativo com o Griné e o Caião e é aflitivo. Os anos passam e a degradação continua e, portanto, cada vez está pior. Dá a sensação que aqui quer num processo de descentralização ou num futuro no processo de regionalização, este problema se estivesse na mão da Câmara estava mais do que resolvido há muito tempo.

É bom saber que, no caso de Santiago, no caso de São Jacinto, Oliveirinha e Eixo as obras de qualificação dos bairros sociais vão continuar.

Eu não posso deixar de referir questões de investimento na área de do desporto, com qualificação da piscina e do Pavilhão do IPDJ, que foi cedido por 20 anos à Câmara Municipal de Aveiro. Vai arrancar para o próximo ano. As questões de qualificação do Museu de Santa Joana com um investimento de 1,6Meuros vão acontecer no próximo ano. Aquilo que já foi referido na última assembleia, a ligação da Rotunda do Marnoto à ponte de eclusa, bem como a construção da nova ponte da eclusa, são obras para os aveirenses, e isto é o que importa. Porque, isto é, aquilo que os aveirenses sentem como os dinheiros dos seus impostos bem aplicados. Tudo isto vai ter início já no ano de 2022.

Um outro marco que eu acho muito importante que é a adaptação da anterior Biblioteca Municipal para Museu da Bienal de Cerâmica Artística em Aveiro. De facto, é mais um pólo de atratividade para o centro da cidade.

Obviamente o pavilhão desportivo municipal. o novo, junto ao EMA. E tantas outras coisas como o complexo crematório que vai arrancar já em 2022 e por aí fora.

Eu, a lista é extensíssima. Há aqui um ou outro ponto que talvez mereçam uma nota adicional e que está relacionada até com a própria ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal, que se prende com as questões da Ação Social.

De facto, nós termos adiado para a data em que legalmente todos vamos ter que assumir este processo de descentralização de ação social e que é, esta questão do desenvolvimento dos planos de desenvolvimento social 2022/2025, assim como os seus planos anuais de ação social e algo muito importante que se percebe que estas áreas de descentralização são assumidas com muita seriedade por parte deste município é também uma nota sobre a cooperação e o apoio ao investimento das associações de ação social e o trabalho, nomeadamente com a Segurança Social e com as IPSS de apoiar estas na legalização dos seus equipamentos sociais.

Presumo que, por detrás disto, está a qualificação destas entidades para candidaturas a fundos comunitários para que de facto as suas valências sejam qualificadas. E, portanto, eles possam ter possibilidade de captação desses fundos.

Como digo, o eixo Aveiro/Águeda, as políticas municipais de multiculturalismo que eu acho excecionais, acho uma ideia muito excelente, quando cada vez mais temos gente de fora, de muitos países, a viver em Aveiro pela sua atratividade.

As questões do parque escolar na área da Educação. É uma continuidade com uma dimensão avassaladora de qualificação e ampliação de escolas — e eu não vou enumerá-las porque elas são mais do que muitas.

E, portanto, em resumo, dizer que de facto este documento é um documento ambicioso, com muita estratégia, com muito sentido reformista e de conquista de tempo perdido no passado. Isto leva-nos então depois ao Orçamento para 2022, em que eu apenas ressaltava aqui algumas notas curiosas da relação, digamos, dalgumas destes itens do Orçamento relativamente ao Orçamento de 2021 verso de 2022. Há um aumento de receitas correntes de cerca de 4,7 milhões de euros. Desenganem-se aqueles que acham que isto, e já aqui foi dita novamente essa mentira de que Aveiro mantém as taxas máximas de impostos — isso é absolutamente mentira e falso. E não é por dizerem muitas vezes que elas se vão tornar verdade. Apenas para relembrar, sendo o IMI um dos principais impostos diretos do município, em 2013 numa situação de pré-bancarota, passa de 0,3 para 0,5 em 2015. E desde aí sofreu 2 descidas de taxa.

E que eu saiba, não está na taxa máxima legalmente prevista que seria de 0,45, a nossa é de 0,4%. E só não vai ser de 0,35 em 2022, porque já discutimos, houve aqui um conjunto de imponderáveis externos ao município, um deles é o facto de só virmos a ter Orçamento nacional lá para meados de 2022 e todas as questões relacionadas com aumento dos custos de matérias-primas, dificuldades de mão-de-obra e por aí fora.

Uma nota também importante para uma rubrica que aparece no âmbito das Receitas Correntes, que há um aumento para 3 milhões de euros em 2022, das sociedades não financeiras privadas. Isto prende-se com a questão das contrapartidas do Rossio, na obra do Rossio e, portanto, há um encaixe aqui de 3 milhões de euros.

E no que toca às Receitas de Capital, percebe-se também que, talvez por esse aumento da taxa de execução, há uma maior transferência de verbas da Administração Central para o Município. Que não terão só a ver com as questões da descentralização, nomeadamente na área da Educação, mas com esta taxa de execução maior por parte das obras que estão a ser concretizadas.

Ao nível das Despesas Correntes. Como já aqui o meu colega Bruno Costa disse e muito bem. Há aqui uma descida significativa, mais concretamente de mais de meio milhão de euros, cerca de 0,6% nível dos juros e encargos para 2022. Isto resulta da tal renegociação com o FAM taxa de juro do empréstimo.

E já agora uma nota curiosa. Estava a olhar precisamente há bocadinho para as GOPs de 2020 e uma das primeiras coisas então discutida nas GOPs, foi o parecer prévio do FAM da Direção do FAM ao nosso Orçamento que no ano passado nós tivemos, este ano não tivemos. Isto é o resultado de termos um primeiro Orçamento sem FAM.

Para finalizar, vou só referir efetivamente o serviço da dívida. Ela baixa de 7,6 milhões de euros para 6,6 milhões de euros. É uma conquista, mas ainda assim temos um serviço de dívida muito pesado no nosso município e temos obrigatoriamente que o reduzir — e isso está explanado nas próprias GOPs. É intenção da Câmara continuar esta trajetória descendente de dívida. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²²

“Muito obrigado Senhor Presidente. Obrigado a todos. Joana Lima, enfim, a nossa previsão, a previsão está feita à data do fecho desta proposta obviamente. Foi à Câmara para agora estar aqui e é de 35M de euros de Saldo. É a nossa previsão à data do fecho deste documento.

A outra nota dizer-lhe que, nós não podemos inventar Receita!? Atualmente na estrutura legal que o país tem esta Receita tem cálculos legais que não há nada a fazer. A única componente da Receita e que depois tem uma abordagem não definida é o Saldo. De resto nós não temos que inventar nada, não temos o direito de inventar. Portanto esta é a Receita que é lei manda. Quando inventámos, este exemplo que o Filipe Tomaz deu agora, é porque temos um contrato que nos vai dar aquela Receita. Porque de resto as regras para pôr os valores que pomos aqui, no IMI no IMT, numa série de valores, é o cálculo legal — é a regra sobre a média dos últimos dois anos. Portanto nós não temos nada para inventar.

A invenção aqui é de facto a Despesa. Aquilo que nós temos a fazer e com a Receita prevista no quadro legal, não podemos inventar nada, e lembro, recentemente, os nossos colegas autárquicos que foram ilibados, enfim, porque era inacreditável perdas de mandato por causa do erro de 1 milhão e pouco de euros na Receita, porque não cumpriram os cálculos que a lei manda fazer. Portanto aqui não há nada para inventar. Estão cumpridos os cálculos e acabou, pronto. Depois são os autos de fê. Vamos executar, não vamos executar, pronto. Da nossa parte, obviamente que este Plano é para executar, não é para inglês ver como é lógico. E quando assumimos com clareza que um dos objetivos é aumentarmos as taxas de execução, porque sabemos bem que nos últimos anos elas foram baixas, abaixo de 50%, nós temos que passar e vamos passar para uma outra circunstância muito objetiva, que é esta de aumentarmos a nossa taxa de execução.

Gabriel Bernardo saiba que já li o programa do Chega. É uma coisa que gosto fazer na política é estudar. Estudei quando o PAN surgiu o seu programa. Estudei agora o do Chega. Gosto de estar bem informado, gosto de falar do que conheço, e não pertença àquele grupo de políticos que diz coisas só por dizer. Não. Gosto do processo político e gosto de estudar a política, não gosto de andar a mandar bocas só porque se houve umas coisas na televisão, embora, obviamente, o Chega ouve-se bastante na televisão, mas não se ouve a falar do seu programa a não ser aqueles soudbites mais fortes.

E devo dizer que o programa do Chega é bem melhor do que parece. Enfim, porque a malta não lê as partes boas. Só lê as partes más. Portanto acho que tem muitas e horríveis, mas também tem lá coisas boas e sensatas. Também era o que mais faltava. Mas, portanto, fique só saber, agradeço se me der a fotocópia, guardarei com respeito a prenda. Mas dar-lhe nota que tive o cuidado e o gosto de ler para aprender, para saber o que é que o espectro político nos coloca em cima da mesa.

Quanto ao Eixo rodoviário Aveiro/Águeda, dar-vos conta que já está agendado para a reunião de Câmara de quinta-feira. Vamos fazer um novo agrupamento de entidades adjudicantes. Já fizemos um. Vamos anular agora a deliberação e fazermos um outro. Mas que é tudo igual, apenas o enquadramento formal agora passa para o PRR. Quando fizemos o primeiro ainda não havia PRR, já sabíamos que ia haver, mas não havia formalmente. É um mero exercício formal que é feito quinta-feira próxima, em simultâneo nas reuniões de Câmara de Aveiro e de Águeda.

Muito proximamente estaremos a lançar o concurso público para contratar os projetistas e estudo de impacto ambiental no mesmo procedimento. Estão neste momento as peças em revisão final no nosso parceiro, as Infraestruturas de Portugal, neste trabalho de muitas interações, centenas de horas de trabalho das equipas técnicas, estão neste momento as peças em revisão final nas Infraestruturas de Portugal. Portanto é minha convicção, enfim,

acho que vai ser possível durante o mês de janeiro lançarmos esse concurso. E portanto, passarmos a essa outra fase que é a fase da contratação do projeto.

Quanto à eletricidade, enfim, só para clarificar porque enfim a notícia do Diário de Aveiro está minimamente bem, mas depois não esta coisa de a “Câmara quer negociar”. Nós fizemos um concurso com as três tipologias de energia que temos para comprar, baixa tensão, baixa tensão especial e média tensão. E aquilo que nos veio de um só concorrente, só tivemos um concorrente, foi uma proposta de compra de energia para 2022, com um valor de cerca do triplo daquilo que é atualmente a nossa despesa.

Obviamente que nem pensar. Demos dois passos atrás, nós e toda a gente, porque isto é, no quadro da Central de Compras da CIRA. E o que é que estamos a fazer, fomos solicitar autorização para reintegrar o mercado regulado para a compra da baixa tensão normal, que em valor absoluto é a maior das partes da nossa fatura e, portanto, estamos a solicitar a reintegração no mercado regulado para obviamente baixar os nossos custos. E estamos a lançar concurso de novo para comprar a baixa tensão especial e a média tensão em dois lotes diferenciados, procurando a probabilidade de termos mais empresas concorrentes, com a perspetiva obviamente de baixarmos os custos.

E fizemos esta previsão no Orçamento de 3,7M euros, ok. Vamos ver o que é que dá conta final. Portanto é este o quadro em que estamos a trabalhar a esse nível.

Nós não podíamos comprar painéis fotovoltaicos porque até abril de 2017, nós só podíamos fazer compras integradas nos serviços públicos essenciais, no âmbito da lei FAM. E painéis fotovoltaicos considera o legislador que não é serviço público essencial.

Por exemplo serviço público essencial é o investimento em habitação social. E o imenso investimento que já fizemos em fogos, em prédios, uma das componentes foi exatamente eficiência energética, foi exatamente eficiência térmica, para melhorámos também a condição de custo da parte que respeita à Câmara e, obviamente, da parte respeita aos nossos inquilinos.

Já instalámos com o nosso concessionário a EDP, agora E-redes, já instalamos quase 8.000 lâmpadas led, portanto temos já cerca de 39% das nossas lâmpadas de iluminação pública que são leds. É um trabalho que estamos a fazer com a EDP. Obviamente que queríamos que fosse mais rápido, mas pronto. Há um planeamento e há uma limitação de valor absoluto, mas estamos a estudar outras fontes de investimento para essa matéria.

Temos tido é azar. Estamos com poupanças de energia pelas muitas medidas que tomámos e o Governo passa a taxa de IVA 6% para 23%, pumba. Lá se foi parte do ganho.

Estamos agora com perspetivas e consequências de baixar os custos, pelas várias medidas de eficiência energética aplicadas a edifícios e da iluminação pública, etc, pumba. Lá vem o mercado com um disparo dos custos da energia elétrica, porque, enfim, porque os nossos políticos e os europeus, não percebem, que o edifício da sustentabilidade tem 3 pilares. Hoje fala-se de sustentabilidade, mas é a chamada sustentabilidade da ignorância. Falarem da sustentabilidade como se a mesma fosse só ambiental, negativo. O edifício da sustentabilidade tem 3 pilares: Ambiental, Económico e Humano. E este jogo de equilíbrio destes 3 pilares é que é o edifício da sustentabilidade.

Aqueles que andam para aí com a sustentabilidade só ambiental fazem asneiras dramaticamente graves, como se fez em Portugal. Fomos o primeiro país europeu a fechar centrais a carvão! Uma delas que era de Sines, era uma das mais eficientes centrais de produção de energia da Europa — isto porque somos um país altamente poluente não é!? A China anunciou recentemente que vai reabrir e construir nos próximos dois anos, 240 centrais de produção de energia elétrica a carvão.

Portanto vejam lá o que é que se passa com esta pressa da portugalidade socialista que agora teve de começar a importar energia, e parte dela vem de centrais que produzem energia a carvão na França. Mas pronto, são as pressas que em regra dão asneira.

Como o mercado tem muito poucos players e tem uma pressão financeira muito forte, o que é que acontece aos custos? Pumba, disparam e paga consumidor. E é isto que está a acontecer.

Quanto à nossa BUGA. Nós vamos manter BUGA1 que temos hoje e vamos manter gratuita. A BUGA2 que está em fase de instalação, neste primeiro grupo são ainda bicicletas normais e só mais à frente haverá bicicletas elétricas. Mas as docas já estão preparadas para carregamento e as bicicletas que estamos a comprar são exatamente iguais às que virão elétricas, podendo depois colocar o carregador à frente. Toda a estrutura é exatamente igual, se olharmos já lá têm um retângulozinho onde pode receber o carregador.

Dai virá uma receita, porque a BUGA2 é de utilização paga, ok. Nós vamos manter a BUGA1 de utilização gratuita, mas a BUGA2 é de utilização paga.

Espero que o nosso exemplo seja muito melhor que o da GIRAS de Lisboa, que têm patologias dramáticas, dramáticas. Mas, enfim, isso vai depender também do nosso mérito como gestores e do nosso mérito como comunidade utilizadora.

Quanto a convidar o Presidente Marcelo. Desde que cá chegámos temos convidado para tudo. Para vir cá a tudo incluindo às Feira do Livro, vem cá quando quiser. O Presidente Marcelo, como é óbvio, faz aquilo que muito bem entende.

Quanto ao multiculturalismo. Nós vamos falar muito disto. Mas eu concordo basicamente com o que disse Gabriel. Em termos de filosofia, a nossa lógica é que quem recebemos e nós já temos a viver em Portugal e em Aveiro pessoas provindas de mais de 100 países e temos cá das Culturas mais diversas dos 5 continentes. A nossa lógica é uma lógica de que as pessoas que vêm para cá têm que viver a nossa Cultura. Não, porque ninguém as impõe, porque isto aqui é uma democracia e nós queremos que continue a ser, mas porque vêm para cá e têm que viver e respeitar a nossa cultura.

A outra questão é que nós entendemos que é uma riqueza para a nossa Cultura ser vivida e vivenciar outras culturas. E é este exercício de multiculturalismo, nós somos completamente contra aquela malta que quer vir para cá viver como se estivesse num qualquer país — nem pensar.

Vem para cá viver como se vive em Portugal, respeitando à nossa Cultura. Mas nós portugueses, queremos que essas culturas que vêm para cá também se expressem e tenham vida na nossa sociedade e isto é o multiculturalismo saudável. Não é o multiculturalismo fundamentalista e estúpido de países como a França, como a Holanda ou como Reino Unido seguirem. E agora já estão a arrepiar caminho. Esta é a nossa filosofia e é nestes princípios que nós vamos desenvolver a nossa política de multiculturalismo.

Pedro Rodrigues em relação às ervas. Esse processo das ervas é com a Agência Portuguesa do Ambiente.

Nós fizemos um trabalho, uma candidatura em parceria para a Pateira, com as Câmaras de Aveiro, Águeda, Oliveira do Bairro e com a APA, que é quem lidera a nossa candidatura. Foi aprovada, mas temos mais uma infelicidade, está pendurada no Ministério das Finanças! Ninguém sabe porquê há quase um ano. E saiba que a 'erva' no caso é os jacintos. As outras têm que ser tratadas, mas quem tem que tratar é a APA.

Ainda há dias vi essa notícia do Diário de Aveiro a interpretar mal, uma coisa que eu disse aqui. Que a APA não liga à Ria. Tenho dito e valorizado imenso o Polis da Ria. Saibam, nós estamos a lutar pelo Polis2. Porque a Ria, a Pateira, são episódios que não podem viver de picos de investimento, tem de viver de investimento regular.

Agora o exercício da APA, de per si, de investir, seja para tirar os jacintos, seja para tirar qualquer outra das infestantes que a Pateira e que o Vouga tem — pois aí é aquilo que nós bem conhecemos, que é público, não é preciso dizer mal de ninguém. É o que é.

Apenas queremos que isto mude. Mas nós, sempre parceiros. Sempre ao dispor para sermos parceiros. Estamos a fazer revisão do projeto. É tema do Conselho Municipal da CIRA na próxima segunda-feira, para tomarmos uma decisão sobre o futuro desse dossier.

Quanto à ordem, olhe é a ordem que está na lei. Não inventamos ordens. Nós apenas seguimos nos mapas a estrutura que a lei tem, não inventamos coisíssima nenhuma.

De vez em quando acolhemos ideias do PAN, com muito gosto, como é evidente. O PAN não diz só asneiras. De vez em quando diz coisas avisadas, interessantes, e nós acolhemos, como por exemplo, no que respeita ao Conselho ligado à Juventude, embora num quadro que veremos quando cá trouxermos a proposta, num quadro diferente do quadro legal em que a pátria e o PAN vão navegando.

Ivo duas ou três notas muito simples. O Ivo divagou por aquele mundo que não existe. Para lhe dar conta que a política que temos seguido no que respeita a disponibilidade financeira para alimentar o fundo de apoio de famílias é exatamente esta — é a verba que for necessária.

Partimos com 150, mas durante o ano são precisos 300, são trezentos. São precisos 3 milhões, são 3 milhões. Mas neste momento Ivo o nosso problema é gente para trabalhar.

O problema hoje da atividade social económica do nosso município e de muitos municípios deste país, é que não há quem queira trabalhar em muitos setores. E nós precisamos de gente para trabalhar. Hoje a crise maior que existe é a crise do trabalho. E são alguns custos de ir trabalhar que temos que ajudar a gerir algumas pessoas para que elas quando olham para o seu saldo de receitas e custos do trabalho, não continuem a optar por andar no jogo dos subsídios, porque no balanço ganha-se mais não trabalhando do que trabalhando — nomeadamente quando se tem filhos muito pequenos com menos de 3 anos.

E, portanto, é neste quadro que nós vivemos. Quanto a sem-abrigo, ó Ivo se quiser falar sobre isso, tenho muito gosto na tal reunião que já lhe propus, nomeadamente sobre o projeto da Avenida 25 de Abril. Mas deixo só este dado. Temos um projeto muito interessante liderado pela nossa IPSS Florinhas do Vouga. A Câmara Municipal cedeu 2 apartamentos para alojar sem-abrigo, para ajudar a criar projetos de vida e para ajudar a estruturar ambiências de relação saudável com uma habitação, etc.

Depois sabeis que a maré vai muito difícil para arranjar sem-abrigo que queiram aceitar integrar este projeto. E neste momento, só metade de um apartamento é que tem sem-abrigo.

Esta coisa dos sem-abrigo tem que ser falada com verdade e não com o circo absurdo em que sistematicamente o Bloco de Esquerda participa.

Quanto a, enfim, esta lógica da disputa da PSP e da GNR e uma luta velha nossa. Correu bem até o Ministro Miguel Macedo se ir embora. Depois do Ministro Miguel Macedo, os Ministros da Justiça e da Administração Interna tem sido muito maus. E, portanto, não conseguimos dar seguimento a mais nada. Esperemos que um novo Governo venha com Ministro da Justiça e da Administração Interna com qualidade, primeiro para acabarem as “guerras” entre eles, porque uma das ideias que temos tem a ver com a vida nova do Edifício do antigo Governo Civil que o queremos tirar da Administração Interna e entregar ao Ministério da Justiça. E eles ainda não se entenderam nunca com isso. Mas essa nossa luta continua.

Jorge Greno aproveitou a nota para vos dizer uma coisa que espero se venha a resolver e estou confiante que sim. Atualmente não há quadro legal para nós implementarmos PAADE 2022. Toda a legislação Covid termina a sua vigência no dia 31/12/2021.

Nós próprios queríamos muito levar o nosso PAADE para 2022, o que está aqui são as grandes linhas, e queríamos levar à próxima reunião de quinta-feira e não podemos porque não há quadro legal em vigor.

Está aqui os objetivos, está a capacidade financeira para executar o que seja preciso, mas é preciso que o Governo em funções resolva este problema de falta de quadro legal para continuarmos a dar apoios. Está aqui escrito em bom português aquilo que são as tipologias dos apoios.

Doutor Pedro Silva. É evidente que quem está fora do tempo é V.Exa como é evidente quando vem invocar ainda a estratégia do Dr. Girão Pereira de gerir a Receita da Câmara com a intervenção imobiliária, comprar terrenos baratos para vender caro, o meu amigo está completamente fora do mundo real e anda aí no firmamento da teoria.

Quando lê o PDM e só vê índices abstratos, eventualmente, quer dizer que V.Exa tem uma relação muito difícil com a Matemática. Porque os índices no PDM têm todos uma meridiana objetividade matemática e depois, nos exercícios das exceções, a objetividade na definição desses princípios é total.

Não quer ver isto, é falta de jeito para a matemática ou excesso de jeito para a demagogia e a mentira.

Eu, para já, enfim, embora com as minhas dúvidas, vou ficando na opção primeira de que V.Exa tem falta de jeito para a Matemática.

Quanto a estarmos fora da habitação, relembro, estamos dentro, pela via do IRHU com o terreno da Luzostela, ok. Estamos a trabalhar e é por ali que vai. E para nós está-se bem. Não é preciso mais. A nossa estratégia de habitação é outra. Nós apostamos no investimento privado, no setor privado. Nós não andamos aqui à procura do Estado, do Estado, para tudo. Nós defendemos uma sociedade em que as pessoas que tratam da sua vida. É que o Estado cria condições para as pessoas terem um bom rendimento, terem trabalho, crescerem na vida, realizaram-se em condições, terem acesso à formação que as capacite ao longo da vida. Este é o nosso modelo.

Esse modelo socialista ou comunista tem desgraçado o mundo. E é por isso que na Europa, os dois países que continuam a patinar e a patinar, são os dois que continuam a querer serem socialista/comunista, são Portugal e a nossa vizinha Espanha.

Quanto às ARUs. A lógica que temos tido e já falei aqui um bocadinho, mas falo mais um bocadinho, é nós termos que olhar para aquilo que são as tipologias dos fundos comunitários para gerir as novas áreas. E aquilo que está escrito nos documentos da Comissão Europeia do início do programa Europa 20/30, aquilo que está escrito no acordo de parceria do Portugal 20/30 e vários outros documentos, é que a lógica dos ETI dos centros urbanos aponta para centros urbanos de dimensão grande. E nós estamos no limite com o novo centro urbano que colocámos no PDM de sermos elegíveis a isso. A possibilidade de virmos a ter ARUs pequenas tem de ser devidamente ponderada, obviamente que tem, mas em razão de motivos técnicos e financeiros muito claros. E saiba, julgo que saberá, tem a ver também com a falta de jeito para a matemática, que é preciso estar dentro da ARU para ter acesso a isso de redução o IVA 6% para várias tipologias de reabilitação. Mas com muito gosto lhe mando legislação anotada para V.Exa poder ler e aprender essas coisas que estão, enfim, ao dispor dos cidadãos.

Além de mais, estão ao dispor dos cidadãos, porque o Governo do país faculta esse tipo de benefícios, nomeadamente no que respeita a redução de do IVA.

Muito obrigado à Ângela Almeida, ao Bruno Costa, ao Casimiro Calafate, ao Filipe Thomaz por estas referências que fizeram em vários aspetos deste nosso documento. É evidente que é sempre muito importante fazer esta avaliação evolutiva. Porque o que temos hoje não nasceu do nada e seguramente que o caminho que foi feito não é só para ser registado na história, é para ser bem referenciado no quadro de princípios de gestão, de rigor, de transparência, de sustentabilidade, total, ambiental, económica e social com que nós queremos continuar a gerir a nossa Câmara.

E obviamente que alguns dos valores vamo-nos vendo livre deles, nomeadamente o da redução da dívida que o Filipe referenciou. Não foi só o Filipe o Bruno também.

Obviamente que é por aí que vamos. Continuamos a ponderar e está aqui escrito também em português claro, a possibilidade de voltarmos a vir a usar rendimento de venda de imóveis para termos reduções, digamos, excepcionais, da nossa dívida.

Portanto, além do programa que está feito no Orçamento e esse é absolutamente garantido, pelos 6 milhões estão assumidos para o serviço da dívida, podemos vir a ter capacidade de reduzir mais.

Portanto é sempre, será sempre, no equilíbrio da relação da execução da Despesa e da Receita e do volume que poderá vir dessa frente, que nós tomaremos essa decisão.

Quanto ao Governo pois esperemos agora pelo próximo. Porque de facto, a performance em relação aos nossos pendentes é má demais para ser verdade.

É uma pena. Tomara eu estar aqui a aplaudir o Governo por ter resolvido muitas das questões pendentes, mas, de facto, é mau demais para ser verdade.

Aqui está o caderno de encargos, que o enviaremos como sempre fazemos quando há governo novo. Quando há Ministro novo. Em razão das matérias para seguirmos o trabalho com o Governo de Portugal seja ele de que natureza for.

Obrigado às referências do Bruno e do Luís Souto pela minha eleição na ANMP como vice-Presidente. Como Presidente da CIRA, tenho o maior gosto nesses exercícios aos quais me dedicarei no interesse da Região de Aveiro e no interesse dos Municípios e do Poder Local, e no interesse do Município de Aveiro, que, obviamente, nunca é alienado, muito pelo contrário, o facto de sermos parceiros de palcos grandes de natureza regional, como a CIRA ou nacionais como da ANMP, reforça-nos a nossa presença, reforça-nos o nosso conhecimento, das oportunidades e das capacidades de resolver problemas, como é óbvio. Tem sido muito útil esse exercício e vai seguramente continuar a ser muito útil, somado à presença que vou continuar a ter no Comité das Regiões, representando Portugal, embora esperando que o Comité volte à vida presencial, porque a sua vida foi profundamente afetada com estas reuniões usando as plataformas digitais.

Portanto, globalmente, muito obrigado pelo apoio ao documento e, obviamente, tomamos sempre boas notas das chamadas de atenção, para que no âmbito da execução, nós possamos ir melhorando obviamente os seus aspetos de aplicação. Mas este é garantidamente, para mim está claro na leitura atenta que fiz desta primeira parte do debate, que temos um bom documento que merece a aprovação da Assembleia Municipal. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰²⁴

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁵

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰²⁶

“Boa noite. Bem, já agora dizer que o Governo Socialista conseguiu o único superávit em democracia, em 2019. Fica a nota. Não sei se acompanharam nesse ano ou não. Evidentemente que as Contas públicas foram alteradas e a recuperação económica que andava a ser feita, com a entrada de covid19 não está a ser feita. Mas isso é política nacional, não vou estar aqui a fazer. Haverá tempo depois da campanha eleitoral para isso. Só duas pequenas notas Senhor Presidente. Isto são as Grandes Opções do Plano. E a ideia que eu fico sempre, independentemente de, há obras com que eu concordo que estão no Plano. Também mal era! Agora virem dizer, como ouvi aqui, que o Plano é ambicioso, etc. Quero dizer-vos que o Plano está inflacionado, por força da lei. Porque há obras que têm

de ser inscritas, são plurianuais, e, portanto, tem de estar feito o investimento. Esta é logo a primeira.

A segunda é o que nós transitamos. O Orçamento são cerca de 96 milhões de euros, e depois com mais 40 milhões de euros em cima que é para chegar aos tais 130 milhões que o Senhor Presidente fala, com o Saldo orçamental que passe.

Segundo percebi, a diminuição da dívida prevista será de 67 para 60 milhões, não é? Não sei se a opção deveria ser esta ou não, mas, enfim, é a opção que ficou prevista. Para mim, parece-me, se calhar, poderíamos usar mais um bocadinho mais de Orçamento para maior redução, ou talvez não, porque já saímos do FAM.

Mas não querendo fazer nenhum considerando específico sobre isso, até porque não é propriamente a minha área, mas gostaria de dizer o seguinte: o que não perpassa, depois da recuperação financeira que a Câmara fez, depois podemos discutir na perspetiva do PS evidentemente, foi do lado da Receita o êxito e não do lado do corte da Despesa — e essa foi sempre a principal crítica. Mas feita a recuperação financeira da autarquia, que já foi anunciada há 4 anos atrás, não é agora. Agora, quer dizer, agora é formalizada de alguma maneira, mas já foi há 4 anos atrás, quando da campanha eleitoral, já era dito da plena ou franca recuperação económica e financeira da autarquia, etc.

O que perpassa é que não há propriamente, bem há obras avulso, algumas com alguma dimensão, outras delas muito, muito, discutíveis. E foram amplamente discutidas aqui e na campanha eleitoral, como a do Rossio, as obras na Avenida, etc., mas o que perpassa é que não há propriamente uma estratégia específica. Este primeiro Orçamento, neste mandato, deveria marcar isso mesmo com o desenho e a estratégia de Vexa.

E a pergunta que lhe faço também, podia fazer no ponto do IMI, mas faço já, que é: para onde é que destacou a parte que decidiu manter na receita do IMI? Onde é que alocou isso no Orçamento? Tinha prometido em campanha eleitoral reduzir para 0.35 o IMI, manteve o 0.40, onde é que inscreveu essa verba potencial no Orçamento?...

Presidente da Mesa:

“Senhor deputado, vamos ter um ponto para discutir o IMI...”

Vogal Pires da Rosa:

“Com certeza. Mas então deveria ter retirado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara quando fez a coisa – e estaria bem. Agora tem que me dar a igualdade de armas em relação a isso Senhor Presidente!

Pronto. Eu só estou a fazer uma tónicazinha que tem a ver com o Orçamento. Bem, uma última questão. Qual é investimento previsto para o pavilhão multidesportivo municipal no seu final? Basicamente eram estas coisas.

Já agora em relação aos autos de fê. Eu apenas falo sobre factos Senhor Presidente. E os factos que nós temos é que a execução orçamental no ano passado foi de apenas 40% e depois podíamos pensar “foi ano de covid”. E em 2019 foi de 37%. Portanto a pergunta que lhe faço é: dentro da sua experiência, o Eng. Ribau Esteves é um autarca experiente, mais ou menos, porque já tem muitos anos disto, quanto vai conseguir como taxa de execução no final deste ano?”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[027](#)

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes. Sobre as Opções de Plano e Orçamento e mapa de pessoal para 2022.

As eleições de 26 de setembro último, determinaram por vontade dos aveirenses, uma opção clara pela escolha de um presidente, de uma equipa, e de um projeto. Com a tomada de

posse dos seus membros, deixou de ser o programa eleitoral que era o nosso Aliança com Aveiro e passou a ser o programa de trabalho, de governação, do município de Aveiro para o mandato corrente.

Estas opções do plano mais não são que o prosseguir e consolidar das opções dos anteriores mandatos. Tendo por base uma boa gestão, uma gestão transparente, de rigor, competência, cumprindo assim os compromissos assumidos com os cidadãos. Este caminho permitiu a consolidação e recuperação financeira e controlo da gestão corrente, uma forte capacidade organização, e um elevado nível de investimento. Investimento como nunca se viu em Aveiro.

Este investimento em projetos, em obras, em eventos e em ações, de todas as tipologias, em todos os cantos do município. De notar que este investimento é feito, tendo sempre por base melhorar a vida dos aveirenses e de quem nos visita.

Este investimento e esta capacidade de realização é levada a cabo por uma boa gestão, com fundos próprios e com fundos dos quadros comunitários. Este investimento realizado e a realizar em obras de qualificação urbana é realizada por todo o concelho na rede viária, nas redes de águas pluviais, na educação, na habitação social, na ação social, no desporto, na cultura, dando um forte impulso para elevar o nível de qualidade de vida e de coesão social indutor em todo o concelho. Ou seja, todo o investimento é feito nas pessoas e para as pessoas.

Esta é a nossa opção das Grandes Opções do Plano. Este é o nosso estilo. Servir os cidadãos e cumprir os compromissos, transformando o nosso programa eleitoral na nossa base de trabalho, realizando aquilo que nos propusemos aos cidadãos aveirenses. Por muito que alguns, segundo os dados das eleições dizem-nos, que cada vez são menos, ou não gostem deste estilo, este é o estilo dum Presidente, de uma equipa, que no dia-a-dia trabalha para levar a bom porto tudo o que disse e prometeu em campanha.

Porque as nossas promessas foram sufragadas pelos aveirenses e são para levar à risca. Aceitamos que outros tenham outro estilo, respeitamos. Mas não nos peçam para aceitar o estilo de ser sempre do contra, não nos peçam para ter um estilo de gestão como a Junta de Freguesia de São Jacinto! Gestão que levou a penhoras e à descredibilização total do executivo da freguesia.

Não nos peçam para ter um estilo de inaugurar uma Sede, que teve o apoio efetivo da Câmara Municipal e não fazer nada para que o Presidente da Câmara estivesse presente, como foi na inauguração da Sede da Junta de Freguesia de Eixo/Eirol.

Não nos peçam para ter um estilo de vir aqui dizer que a rotunda do Solar das Estátuas não servia para nada. Que a Rotunda do ISCA era uma mera entrada e saída da Universidade. Ou que a Rotunda da Rua da Pêga era apertada e afunilada pondo em risco a circulação dos carros de emergência.

Obras feitas e afinal tudo funciona bem. Vir aqui dizer palavras eloquentes, nada. Só dizer mal em votar contra é pouco, muito pouco.

Esse é um estilo facilmente reconhecido. Esse é um estilo que alguns desta casa têm. E que não é exclusivo desta casa. É um estilo regional de alguns, se calhar é até um estilo estudado e maduramente levada à prática. Mas que não tem dado frutos,

No concelho foi o que foi em termos eleitorais. Muito menos votos, menos lugares nesta casa e menos juntas de freguesia.

Mas ontem, na Assembleia Intermunicipal da CIRA, quem esteve presente, pode constatar que esse estilo, levou a um lugar mau, muito mau – diria até para a democracia. Em democracia o povo e as suas escolhas são soberanas.

Dizia então que, quem esteve ontem na Assembleia da CIRA, pode constatar que a regionalização deste estilo e da maneira de estar e de fazer política, levou a que na Região

de Aveiro, em toda a Região de Aveiro, esse estilo e essa maneira de fazer política, levou a que objetivamente o Partido Socialista não tenha uma única Câmara na Região de Aveiro. Ou seja, em toda a Região de Aveiro, o PS, Partido do Governo, sendo o Partido com mais Câmaras no país, não gere uma única Câmara Municipal na Região de Aveiro.

Portanto esse estilo que nós respeitamos, mas que não é o nosso. O nosso estilo, a ser estilo, tem um compromisso com os aveirenses e com um programa eleitoral que para nós é como um caderno de encargos, com validade, feito do sufrágio que os aveirenses escolheram um Presidente, uma equipa, esse é o nosso estilo.

Para terminar e citando o Senhor Presidente da Câmara de Aveiro na sua tomada de posse de 12 de outubro último. O programa de candidatura da Aliança com Aveiro integra o manifesto jovem que a juventude da coligação elaborou, passa hoje a ser o programa de governação do município de Aveiro. Continuo a citar, vamos arrancar neste novo mandato com toda a energia e determinação. Com uma velocidade elevada e realizando muitos eventos, inaugurações, projetos e obras por todo o município. Honrando o compromisso, assumido e construindo um mandato de grande qualidade e realizador ao mais alto nível. Fazendo-o com uma enorme alegria de servir a nossa gente do município de Aveiro. Para quem queremos mais qualidade de vida e mais felicidade. Este é o estilo dum Presidente. Este é um estilo de uma equipa. Este é o nosso compromisso, este é o nosso estilo.

Por isso a bancada do PSD votará favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para 2022.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do artigo 33.º do Regimento:[029](#)

“É um protesto. Não é sobre a intervenção anterior, mas é para pedir os seus bons ofícios. O Senhor Presidente interrompeu um deputado da bancada do Partido Socialista numa intervenção que estava intimamente relacionada com o ponto em questão — e do meu ponto de vista não procedeu da mesma forma na intervenção do deputado do PSD, que se desviou claramente daquilo que é o âmbito da discussão deste ponto.”

Presidente da Mesa[030](#)

“Respondendo ao seu protesto faço o meu contraprotesto. A minha chamada de atenção diz respeito ao facto de nós irmos entrar no ponto 9. É preciso que toda a gente perceba o que é que está em causa. Foi trazido para a discussão o ponto que vem a seguir. E como nós temos 14 pontos e estamos no ponto 8 eu achei que por uma economia de debate fazia mais sentido debater no ponto onde está devidamente agendado.

Foi só isso. Tudo o resto é normal. Porque se trata de um documento realmente do Plano, que haja aqui uma questão política de relevo que certamente não irão fazer quando se discutir a Derrama e por aí fora. Portanto penso que está esclarecido.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara[031](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[033](#) Ponto 8 – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS1), uma abstenção (CHEGA1) dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1).

Seguiu-se a declaração de voto.

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)⁰³⁵

“Senhor Presidente, nos termos regimentais entregaremos a declaração de voto por escrito:

«Estamos perante um Orçamento que traduz a prometida política de continuidade, não acompanhamos algumas das opções tomadas como é do conhecimento público, por outro lado, assistimos a uma falta ou a um insuficiente investimento em outras áreas que consideramos fundamentais.

Gostaríamos de ver plasmado neste Orçamento, e a título de exemplo, um maior investimento em políticas de Mobilidade suave, nomeadamente uma aposta em mobilidade intermunicipal e um maior investimento na adaptação e combate às Alterações Climáticas e eficiência Energética.

Precisamos de mais zonas verdes arborizadas, de espaços para os cidadãos usufruírem de um espaço público de qualidade, com maiores áreas pedonais.

Concluimos, também, pela leitura do documento que o prometido canil municipal continuará a ser uma miragem. O mesmo refere o “Acompanhamento do trabalho da Comunidade Intermunicipal de Aveiro que visa a construção de um Centro de Recolha Oficial”, o que quer que este acompanhamento signifique, pois não explicita. A realidade é que parecem existir empreiteiros para todas as obras do concelho exceto para o canil municipal.

Ainda relativamente aos animais, vem aí referidos protocolos com as associações e protocolos com clínicas veterinárias que depois não se encontram vertidos no Orçamento apresentado,

O PAN tem sistematicamente chamado a atenção para estas matérias na área animal, as quais têm sido sistematicamente ignoradas, com a agravante de que o município volta a não ter um veterinário municipal, não sendo claro como serão salvaguardadas as necessidades diárias de apoio aos animais abandonados do concelho.»

Continuando o Presidente da Mesa deu a palavra⁰³⁷ à Vogal Celme Cristina, para apresentação de um requerimento que fez à Mesa, para alteração da proposta de IMI apresentada pela Câmara Municipal para 2022 de redução de 0.4% para 0.35%.

Membros da Assembleia

Vogal Celme Cristina (BE):⁰³⁹

“A proposta do Bloco de Esquerda é para a redução da taxa de IMI de 0.4% para 0.35% tal como foi prometido pelo Presidente Ribau Esteves e o PSD/CDS em campanha.

Recordamos que os impostos e taxas municipais foram bastante aumentados pelo atual Presidente de Câmara e a carga fiscal chegou mesmo a triplicar. O Bloco considera que é agora tempo, ainda mais devido à crise social de reduzir a carga fiscal. Lamentamos que o PSD e o CDS tenham feito campanha com linguagem dúbia, sem compromisso claros, e que agora adie a redução do IMI.

Propomos reduzir o IMI para 0.35%. Os impostos foram aumentados pelo atual Presidente de Câmara ainda antes de qualquer obrigação legal proposta pelo FAM. O próprio assume ser a sua política para a autarquia. Agora que as obrigações do PAM vão desaparecer o executivo PSD/CDS vai manter por mais tempo os impostos elevados, não cumprindo o seu compromisso com os cidadãos. O Bloco considera que não há qualquer motivo para adiar esta decisão para 2023 e quer implementar a redução já em 2022.

Em campanha defendemos 0.3%. Mantendo a taxa de IMI inalterada como é proposto pelo executivo a receita de IMI vai aumentar de 18.55M de euros para 19.17M – o que mostra que há margem para reduzir o IMI já este ano.

Verificamos ainda o facto da câmara municipal de Aveiro nunca aplicar o que está no Código do IMI sobre prédios devolutos ou em ruínas e que apenas introduz um agravamento de 10%, mas que na verdade nunca será aplicado, já que várias vezes perguntámos quantos prédios foi aplicado e nunca obtivemos resposta.

Esse agravamento que já existe há vários anos foi aplicado e a quantos prédios? Desta forma apresentamos a nossa proposta de redução para o IMI em conformidade com a campanha eleitoral feita pelo Senhor Presidente Ribau Esteves e o PSD/CDS. Obrigada.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁰

“Senhor Presidente para defesa da verdade, dá-me licença? Eu, não foi a honra exatamente, bem sei que a figura regimental é essa. Mas em termos da minha pessoa não é exatamente essa (ouvem-se vozes). Enfim, como queira senhor membro, que lhe agradeço sempre os conselhos jurídicos que explana.

Senhor Presidente com todo o respeito por V.exa. isto não é nenhuma proposta. Isto é um truque do Bloco de Esquerda para falar mais tempo na Assembleia.

Isto não é nenhuma proposta, é uma mentira absurda e escandalosa, colocando na minha boca aquilo que eu nunca disse. Mais. Terei todo gosto de enviar gravação por e-mail para todos os membros da Assembleia Municipal da conferência de imprensa em que anunciei esta medida e como é que ela iria ser implementada, para saberem que isto não é nenhuma proposta, é demagogia.

Isto é mentira. É por na minha boca aquilo que nunca disse e só meu nome está aqui cinco vezes. Quero dizer-vos que isto é lixo político e usaram um truque de apresentar uma proposta. Peço desculpa senhor Presidente, compreendo a sua atitude regimental, mas isto não é proposta nenhuma. Isto é lixo político porque nunca disse o que está aqui neste documento do Bloco de Esquerda. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa⁰⁴¹

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴²

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁴³

Vogal Celme Cristina (BE)⁰⁴⁴

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰⁴⁵

Presidente da Mesa:⁰⁴⁶

“Senhores deputados vamos avançar. O requerimento foi submetido e a Mesa aceitou-o para votação e, portanto, coloco em votação o requerimento.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁶ do plenário o requerimento apresentado pelo BE, para alteração da proposta de IMI apresentada pela Câmara Municipal, sendo mesmo rejeitado, com vinte e seis votos contra (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS1), oito abstenções (PS5+PAN2+PCP1) e dois votos a favor (BE2).

Seguiu-se a declaração de voto.

Vogal Pires da Rosa (PS):⁰⁴⁸

“Senhor Presidente em primeiro lugar, do ponto de vista do Partido Socialista a moção poderia ser aceite na Mesa se não viesse nestes termos, teria que ser uma “moção de recomendação”, alertando para o chumbo da proposta da Câmara, porque é uma competência da Assembleia Municipal sim, mas diz a lei que compete à assembleia

municipal sobre proposta da câmara municipal. Portanto tem de ser a Câmara a propor a taxa de IMI e não o contrário. Esta a primeira questão.

Depois para dizer que, esta votação que o Partido Socialista aqui fez, abstendo-se, não tem nada a ver com o teor. Sou sincero nem sequer tivemos tempo para analisar o seu teor. Já percebi pelas palavras do Senhor Presidente da Câmara haverá discussão em relação ao teor, mas sobretudo sobre a questão da votação da redução do IMI acho que não são estas as formas corretas de fazer as coisas — e o Bloco Esquerda poderia ter feito o seu número sem esta necessidade.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à consideração do Plenário a discussão em conjunto dos pontos 9,10,11,12, e 13 da *Ordem-do-Dia (pacote fiscal)* sendo as votações dos pontos feitas separadamente, ao qual não se verificou qualquer oposição pelo plenário.

Ponto 9 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022;

Ponto 10 - Apreciação e votação da Derrama para 2022;

Ponto 11 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2022;

Ponto 12 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2022;

Ponto 13 – Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas).

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal na reunião Ordinária Pública 03/12/2021, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia e fazem parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa, no seguimento das introduções e apresentações feitas pelo Presidente da Câmara⁰⁴⁹ no ponto anterior sobre estes assuntos, deu início à apreciação do mesmos pelo plenário.

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵¹

“Muito rapidamente. Em relação à última intervenção só completar aqui a proposta do Bloco de Esquerda que foi prometido pela campanha do Presidente Ribau Esteves. A Aliança com Aveiro contempla o PSD, o CDS e PPM e não apenas o PSD/CDS.

Em relação ao IMI e às restantes taxas e impostos previstos nestes pontos 9 a 13. É necessário gerar receitas próprias para salvaguardar os compromissos assumidos para a execução do Plano e Orçamento 2022 e para manter o processo de redução da dívida, moderando a penalização das famílias aveirenses, nomeadamente através de benefícios em termos reduções no IRS, a proposta reflete uma continuidade com o ano de 2021. Salientando, no entanto, a importância de manter o objetivo de descer a carga fiscal dos aveirenses em exercícios futuros, através destes vários impostos e taxas, com todos os benefícios diretos que isso traz para as pessoas, aumentando o dinheiro disponível ao final de cada mês e também um incentivo à fixação de pessoas e de empresas no município.

O PPM é favorável à proposta de Imposto Municipal sobre Imóveis apresentada e restantes propostas de impostos e taxas apresentadas pelo executivo.”

Vogal Joana Lima (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

“Ora bem, nós não estamos contra que a discussão seja toda junta, mas temos uma questão que queríamos discutir por separado. Estamos aqui perante um pacote fiscal marcado, mais uma vez, pelo Plano de Ajustamento Municipal (saímos, mas afinal não saímos), com a correspondente aplicação de taxas máximas.

Mais um ano de esforço suplementar para os aveirenses, injusto, desnecessário e evitável. Injusto e desnecessário porque o Saldo das Contas municipais, que anda a saltar de ano para ano, deverá corresponder neste momento a dois anos de IMI.

Evitável porque a Câmara demorou mais de quatro meses entre a aprovação, em Abril, das Contas de 2020, que confirmaram as condições para a saída do PAM e a deliberação da Câmara que, em setembro, deu início ao processo.

Fosse a Câmara mais célere e diligente neste capítulo e estaríamos em condições para realizar uma verdadeira discussão, sem constrangimentos formais ou legais. Mas assim não é. Assim por razões políticas já antes apresentadas pelo PCP, nesta e noutras sessões, o nosso sentido genérico de voto será contra as propostas de taxas municipais que são apresentadas. Este sentido de voto genérico, não inclui, obviamente, a aplicação no município do chamado IMI familiar. Seria um escândalo se a Câmara não nos apresentasse a proposta para o implementar.

Poderíamos sempre querer discutir critérios de aplicação e valores do IMI familiar, no entanto, como tudo isso está definido na Lei, queremos aprovar.

Este “querer aprovar” implica que o ponto 9 não seja resolvido com uma só votação quando, de facto, existem decisões diferentes que nos foram apresentadas. A saber: taxa do IMI a 0,4%; majoração de 10% em imóveis degradados; redução IMI Familiar para habitação própria de contribuintes com um ou mais dependentes.

Ora a nós aqui parece-nos, esperemos que a Assembleia aceite a votação das alíneas em separado, três deliberações do ponto, para que os deputados municipais possam votar de acordo com o conteúdo de cada uma delas já pode haver votações contraditórias.

Para além da especificada do ponto da derrama, o PCP irá votar contra nos pontos referentes à Derrama e à Participação do Município no IRS sem devolução aos municípios, pelas razões já referidas. Votaremos igualmente contra, por motivos diferentes, a taxa de direito de passagem.

O PCP irá abster-se na votação do Regulamentos de Taxas Municipais (RUMA e RMTOR) porque se trata, fundamentalmente, da atualização face à inflação.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[174](#); [053](#)

“O Partido Chega, por princípio, é completamente contra este imposto. Compreendemos as situações económicas atuais e financeiras da autarquia, mas por uma questão de princípio do Partido, tudo o que seja acima de 0.3% que é o mínimo permitido por lei, votaremos contra. Obrigado.”

Presidente da Mesa [055](#)

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[056](#)

“Obrigado Senhor Presidente. O PAN não acompanha esta proposta. esta manutenção do IMI em 0,4%. De facto, a redução do IMI foi uma bandeira apregoada pela coligação Aliança com Aveiro durante a última campanha eleitoral. De facto, para quando a implementação não foi referido, mas na ausência de especificação, estamos em crer que os aveirenses acreditam que seria já no próximo ano, como achamos espetável.

Não compreendemos, pois, que a decisão seja adiada no contexto social que estamos a viver. Sobretudo quando em simultâneo, a elevada Carga Fiscal serve para financiar algumas obras megalómanas com as quais nós estamos de acordo.

Relativamente à Derrama e a Participação Variável de IRS, a posição do PAN mantém-se, tal como a do IMI, face ao contexto que estamos a viver, pensamos que seria possível de facto descer estas taxas.

Ainda sobre a Derrama, ressaltamos o seguinte. Não é apresentada uma relação de sectores em questão! Para o PAN não será igual a taxa de uma indústria poluente, comparativo com uma empresa que empreenda práticas ambientalmente sustentáveis — e essa distinção não tem sido feita, pelo menos nunca nos foi apresentada. Obrigado.”

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰⁵⁷

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁸

“Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a este assunto, começando pelo IMI, já foi aqui abordado num ponto anterior, nesta proposta que não deveria ter sido votada e aquilo que nós lamentamos, é que sempre que alguém vem aqui dizer que a Câmara cobra isto ou aquilo a mais ou menos, era importante que nos diga também (seria um exercício interessante) a diminuição de receita que resultaria dessa diminuição de taxa, onde é que iria ser cortada na Despesa respetiva. Porque é evidente que só quem nunca governou é que acha que se pode cortar Receita e manter a Despesa!? Alguém terá de pagar a diferença, provavelmente serão os municípios noutra coisa qualquer que eles inventariam se governassem. Felizmente não governam e portanto, isto andamos sempre à volta do mesmo.

Portanto, reforço que, no programa eleitoral da Aliança com Aveiro, em momento algum se referiu o ano de 22 como sendo o IMI que o IMI iria descer. Nas declarações que foram feitas em campanha em momento algum foi referido. E, portanto, quando outros dizem que sim senhor, que foi isso, pois nada mais vos posso dizer do que aconselhar uma consulta de Otorrino, porque, pelos vistos, haverá aí alguns problemas.

Relativamente aos restantes pontos do chamado pacote fiscal. Subscrevemos as propostas apresentadas pela Câmara.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁹

“Relativamente a este pacote fiscal fazer duas ou três notas. Corroborar de facto, que temos a perceção que em momento algum a descida do IMI foi apontada para 2022 pelo senhor presidente da Câmara. Pese embora o facto, terem havido algumas pessoas que no entusiasmo da campanha se poderão ter, enfim, descuidado e trem passado a mensagem errada para os eleitores. Mas, enfim, isso faz parte. E não tem a ver com questões de Otorrino, mas com questões oftalmológicas, porque estão publicadas.

Mas enfim, adiante. Fazer aqui obviamente nota disso mesmo, não obstante, não obstante, não podemos deixar de associar o pacote fiscal a um momento que está, de facto, relacionado com a saída do PAM. e, portanto, a partir deste momento, ou a partir da saída do PAM que poderia ter acontecido mais cedo, conforme já aqui abordámos, é a afixação de taxas que está absolutamente entregue ao critério político do executivo.

E, portanto, diria que não havendo essa obrigação, não havendo esse compromisso, verbalizado durante a campanha eleitoral, sim a descida, mas num período mais alargado no tempo, não obstante esse facto, não deixa de haver aqui, enfim, algum defraudar de expectativas, visto que, e colocando a coisa ao contrário, de facto o PAM impedia objetivamente que houvesse essa descida. E, portanto, estando retirado esse espartilho seria

legítimo, seria expectável, que houvesse alguma pretensão em que os aveirenses pudessem ver pela primeira vez, o IMI — e não só o IMI, mas também a questão da Participação no IRS era importante ter uma descida.

Se o deputado Jorge Greno pergunta onde é que eu cortava, eu diria, mas, enfim, os aveirenses se calhar não concordam com isso e, portanto, eu deixaria isso para outras nupcias.

Agora há aqui uma outra questão que também é importante realçar. É que de facto, está aqui colada a argumentação de que vamos manter o pacote fiscal, porque há aqui um cenário de imprevisibilidade e dificuldade a curto prazo, nomeadamente no ano 2022!?

Ora, esse cenário é válido para o município, mas também é válido para as famílias e para as empresas.

Portanto seria uma ajuda que este Executivo poderia dar aos munícipes ao aliviar a carga fiscal. A alguns no IMI e a todos no IRS. Obviamente que a proporção não é a mesma e voltamos à mesma discussão que já aqui tivemos. Estamos a falar de um montante para o Executivo que é obviamente relativo do ponto de vista do peso, mas também para as famílias, o montante é menor porque é per capita, não é exatamente na mesma proporção, mas cada um sabe da sua vida.

E, portanto, seria este o raciocínio que presidirá àquilo que é a votação do Partido Socialista relativamente ao pacote fiscal no seu todo.

Relativamente ao ponto 13, pois obviamente que o Partido Socialista não se oporá. Enfim, estamos a falar de uma atualização de acordo com os índices de inflação previstos.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

“Obrigado Senhor Presidente, só para complementar um bocadinho intervenção anterior, dizer o seguinte. Em 1º lugar, os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela eleição como vice-Presidente da ANMP. Há bocado não disse isso, mas tinha aqui anotado.

E na Cira esperar que não faça no exercício do cargo de vice-presidente da ANMP, o que vai fazer na CIRA, que só vai ficar 2 anos e depois fazer a passagem para outro.

Não sei se os restantes membros da Assembleia sabem disto, eu ouvi ontem na Assembleia intermunicipal da CIRA e, portanto, espero que o Senhor Presidente cumpra o mandato como vice-Presidente da ANMP até ao fim. Porque obviamente isso honra Aveiro e atribui peso político à autarquia do qual eu sou cidadão, que gosto e amo. E, portanto, Vexa, democraticamente é o meu Presidente de Câmara e, portanto, o meu representante quanto a isso e também meu representante, exercendo esse cargo de vice-Presidente da ANMP.

Portanto queria deixar esta saudação democrática.

Depois sobre o IMI em concreto. 1º lugar para dizer que fiquei um bocado surpreendido com a moção do Bloco de Esquerda, porque afinal o Bloco também defende a austeridade!? Pedir para 0.35 é acima do 0.30% e, portanto, é Bloco de Esquerda, ainda que informalmente, num papel, a defender a austeridade que tanto criticaram não deixa de ser surpreendente de alguma maneira.

Depois para dizer, ó Senhor Presidente eu percebo aquilo que diz e foi ver as declarações, portanto foi à procura para perceber se a coligação Aliança com Aveiro se tinha ou não feito essa promessa formal? Bem, fui ao site está desativado. É uma maçada! Eu fui ao site ver se sacava o programa e não consegui, mas talvez o Manuel Prior me deixe fotocopiar porque vejo que o tem ali.

O problema é esta coisa que às vezes confundem. Evidentemente que o Senhor Presidente não terá feito com querer, com alguma intenção. Mas o que é certo é que o facebook ainda está a funcionar e tem o vídeozinho da conferência. E vê-se no vídeo, mas vê-se no vídeo realmente o Eng.º Ribau Esteves, na sua declaração de apresentação do programa e depois

um banner em baixo que diz “vamos reduzir o IMI de 0.4 para 0.35”. O que é verdadeiro, porque como dizem irão reduzir. Não é, mas o Senhor Presidente diz que há-de ser. Bem o banner não mente desde que o Senhor Presidente baixe nestes quatro anos.

Mas isto para lhe deixar a pergunta. Não baixou agora para 0.35% já agora, que dissesse aqui formalmente para ouvirmos todos, então para que ano é que está mais ou menos a pensar isso? Enfim, dizer isso com certeza. Não é não, é para ficar aqui dito.

E depois dizer, em relação às contas do Senhor Presidente da Câmara, enfim, um bocadinho com o ferrolho no PS, porque o PS propunha 0.38% logo no primeiro ano. E as contas, mesmo que o senhor Presidente faça 0,40 agora e 0.35 no próximo, a média para um cidadão que tivesse uma casa com valor patrimonial de 150 mil euros, pagaria no primeiro ano 600 euros e no segundo ano 525 euros. Totalizaria nos dois anos 1.125 euros. Com a lógica do PS de 0.38% seriam 570 euros no primeiro ano e 525 euros no segundo ano, o que totalizaria 1.095 euros. Ou seja, no conjunto dos dois anos seriam menos 30 euros.

Portanto não é nada irrelevante ter a descida gradual, não é nada irrelevante. É uma opção política sua, legítima, mas que tem de ser assumida. Só lhe queria transmitir esta posição.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[061](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores. Na continuidade do debate do orçamento camarário, documento aprovado recentemente, falemos agora do chamado Pacote Fiscal 2022. Gostaria de lembrar 4 pressupostos iniciais:

- 1) que as receitas da autarquia apresentam nesta fase uma dose de incerteza grande, fruto do chumbo do OE2022 proposto pelo Governo do Partido Socialista;*
- 2) que a partir de Janeiro o país passará a viver em duodécimos e sem saber até quando;*
- 3) que este pacote fiscal representou cerca de 28Meuros em receitas em 2020, sensivelmente mais ou menos 50% da receita corrente média da autarquia nos últimos anos;*
- 4) que este será o primeiro ano sem PAM, o que torna fundamental criar nesta fase um momento de consolidação financeira para que, em 2023 possamos avançar de forma bastante mais sólida. Assim:*

Em termos de IMI, a taxa de 0,4%, tem representado grosso modo nos últimos 3 anos, cerca de 18,5M euros. Sendo que a Aliança com Aveiro assumiu o compromisso autárquico durante a campanha eleitoral de baixar a taxa de IMI para 0,35%, algo que não esquecemos e mantemos como objetivo para o presente mandato.

Mas como fomos afirmando durante a campanha eleitoral, é fundamental haver condições para que isso aconteça, algo que nesta fase, em meu ver não existe.

A autarquia não pode abdicar de mais de 2Meuros de receita, tendo em conta, relembro, que não existe OE2022, pois o mesmo foi chumbado pela geringonça.

Não podemos, num momento de forte investimento, criar incertezas adicionais nas fontes de financiamento. Não queremos dar passos em falso na recuperação financeira do município.

Mas não poderia deixar de salientar, ainda, o carácter social do IMI familiar e os cerca de 200 mil euros de benefício para cerca de 6.500 agregados familiares, por parte da autarquia.

Ainda que o número de alojamentos, segundo os Censos, em Aveiro, apresente uma trajetória de crescimento na última década, grosso modo, cerca de 4%, com uma estimativa de receita para 2022 de 19,1M euros, os factos nesta data, são de uma receita no biénio 20/21 estabilizada, sendo nesta fase mais prudente manter a taxa e aguardar pelo pacote fiscal para 2023, para nesse momento avançar com a redução prometida.

Sendo que o crescimento da habitação no concelho, apenas foi possível, por Aveiro ser nesta fase um concelho atrativo e gerador de emprego, com um crescimento populacional

de cerca de 3% na década, porque existe emprego, porque existem empresas sólidas e rentáveis. Porque existem empresas que querem uma autarquia ágil, uma autarquia próxima e que responda aos seus problemas. Empresas que querem a mão-de-obra qualificada existente na cidade, acresce que a Derrama não é uma questão de concorrência fiscal inteconcelhia, por isso apoiamos a manutenção da sua taxa.

Até porque existe já, uma previsão de quebra da receita para 2021 e arrisco dizer também em 2022, fruto de uma pandemia que tem deixado muitas marcas em muitas empresas.

Mas o crescimento populacional de Aveiro tem permitido, ainda, crescer a receita relativa à participação variável do IRS, taxa que não sofre alterações há algum tempo!

Mas sendo este um imposto sobre o rendimento das famílias, devia ser o Estado Central a dar o exemplo e a aliviar a fatura.

Em Aveiro, manteremos a postura recente em relação a este imposto. Pois em primeira instância deve ser o novo governo a efetuar o alívio da tributação fiscal em sede de IRS, para aumentar o rendimento mensal disponível dos portugueses. Pois a recente revisão das tabelas de retenção de IRS, peca por escassa, pois os portugueses não precisam que o estado continue a ser o fiel depositário do seu dinheiro e lhe devolva passado vários meses, algo que é seu por direito!

Assim, estamos de acordo com o presente pacote fiscal pela consolidação orçamental que permite, acomodar financeiramente o brutal aumento para o dobro da taxa de gestão de resíduos e os 52% de aumento do preço do tratamento de resíduos na UTMB da ERSUC. Para terminar, relembro a clausula 5ª no seu ponto 4, do contrato de cessação do PAM em que refere “que são nulas quaisquer deliberações municipais que contrariem ou condicionem o cumprimento do contrato de empréstimo de assistência financeira”.

Que sirva de alerta para continuarmos a ter juízo na gestão financeira da nossa autarquia.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[062](#)

“Muito obrigado a todos. Obrigado pelo apoio às propostas que apresentamos. Dar-lhes nota que nós de facto não temos taxas máximas no IMI.

Joana a taxa máxima de IMI na lei portuguesa é 0,5%. A taxa de 0,4% fica a 0,1 de distância. Portanto não vale a pena mentir porque a verdade objetiva e matemática é esta. Mentir é feio.

Segunda questão. Eu achei piada à sua questão porque só há aqui uma proposta. Não há cá propostas de partes!? Isto é uma proposta que tem várias componentes.

O PCP votou contra o nosso Plano e Orçamento. Eu não acredito que o PCP seja contra tudo o que lá está. É contra o apoio social? É contra a qualificação da habitação social? Eu não acredito.

Havia de ser bonito estarmos aqui a votar o Orçamento rubrica a rubrica. Nós só trazemos uma proposta de GOP e uma proposta de IMI. Claro que os demagogos da extrema-esquerda, querem sempre dizer “nós somos a favor das coisas boas”. E somo contra as coisas más. Só que a vida Joana, não é feita assim. A vida é um somatório de coisas boas e más ao mesmo tempo. De Receita e Despesa ao mesmo tempo. E nós temos que procurar a cada momento equilíbrio entre os fatores. Quando o PCP cair na real e deixar a queda vertiginosa onde vai, pode ser que perceba que é melhor falar verdade do que andar aí a mentir aos quatro cantos, porque o tempo do levar tudo à frente com a luta do povo, já lá vai. Só que a Joana, embora seja uma pessoa nova, ainda não percebeu que o PCP está fora do tempo — como diria o Pedro Silva.

Uma outra questão que é interessante é o voto contra do Gabriel e do Chega! Enfim, ficou claro aqui, também para tomarmos nota Dr. Pedro, Vexa que é um homem de excelente memória, está garantido que, no meu pressuposto previsível, repito, que daqui a um ano

estaremos a votar, é minha previsão, embora eu sou um gestor atento e não gosto de fazer mais do que previsões. Não estou aqui a dizer “daqui a um ano vamos estar aqui garantidamente a votar o valor de 0.35%. Fica é claro, que se assim for, vamos ter uma aprovação por larga maioria, apenas com voto contra do CHEGA!?” E então todos vamos ver se, de facto, essa coerência se vai manter até esse momento ou se depois lá virá aquela esquerda demagógica do costume a dizer, negativo, devia ser 0.3%. Veremos.

Mas fiquei encantado com este apoio expressivo e até panfletário do Bloco de Esquerda à nossa proposta de 0,35.

Mas para cultura geral e por causas das questões de crítica grave — e devo dizer, Senhor Doutor Francisco Picado, que acho infundadas de que o nosso povo aveirense tem problemas oftalmológicos. Eu vou-lhe ler o que está no nosso programa, a páginas 17, sobre impostos e taxas.

Alínea a) Redução da taxa de IMI de 0.4 para 0.35 (-12.5%). É o nosso programa para o mandato de 2021/2025.

Alínea b) Manutenção de uma política fiscal sustentável para as pessoas e para o Orçamento municipal e das juntas de freguesia, com algumas medidas dirigidas a universos específicos dos cidadãos.

Todo o resto é a vossa pressa. Eu fiquei encantado. Apenas agradeço que a vossa pressa não seja total. Nós já vimos o que seria para a nossa discussão e gestão orçamental, se a esquerda e a extrema-esquerda, conseguisse convencer a maioria para nós executarmos todo o nosso programa eleitoral no ano de 2022? É evidente que para a esquerda é uma coisa real, possível? Claro que sim. Para uma maioria responsável é claro que não. E por que é que para a esquerda é possível? Porque é a sua especialidade. É estourarem com aquilo que governam. A receita não vai crescer. Aliás defendem sempre que ela decresça. E então na vertigem de fazer tudo no primeiro ano, já estão a ver o que vai acontecer à Despesa. Claro, iria para a dívida que alguém um dia deverá vir a pagar.

Portanto tenham a absoluta certeza que a Aliança com Aveiro vai trabalhar todos os dias do mandato para cumprir o seu programa, do primeiro ao último dia.

E quisemos dizer com clareza, quando instados pela comunicação social, sobre a previsível data que a mantemos, a nossa perspetiva foi se houver condições será em 2022, se não houver condições entendemos que isso será possível executar para 2023. É o que está dito com palavras mais ou menos parecidas com estas. Mas, portanto, tranquilos que lá iremos.

A Marta Dutra é contra! Bem, isso já sabíamos. Mas ó Marta, sabe qual é o seu problema e dos seus aliados da esquerda? É que o problema da carga fiscal em Portugal não é culpa da Câmara de Aveiro. Essa demagogia vossa e de tantos outros, o problema da carga fiscal do IRS em Portugal não está nos 5% que as Câmaras podem abdicar. Está nos 95%, que o Governo arrecada. Às vezes a demagogia esquerdoide é de tal ordem que se dá uma importância a estes 5% como se isto fosse o montante principal do IRS que se paga. Não é. Isto é 5% do montante de IRS. E o que pesa na vida das pessoas e na carteira de quem paga são os 95%. Deixem-se de demagogia barata. Venham para a verdade da matemática e da gestão política. E aí temos diferenças de opinião, não vale a pena mentir.

É evidente que o PAN está num processo de extinção. O PAN deu esse reforço imenso ao Partido Socialista que o levou a uma queda brutal votação. Vamos ver agora se o candidato do PAN a vereador que agora é cabeça de lista pelo círculo eleitoral de Aveiro, vai conseguir fazer ressurgir o PAN e ser eleito deputado.

Eu tenho a profunda convicção que os aveirenses do distrito de Aveiro não tomarão semelhante decisão e o PAN continuará o seu processo de definhamento progressivo.

Ivo, concordo uma coisa consigo. Aliás, é raro, mas acontece às vezes não é. Nós lutamos na ANMP há muitos anos, para que quem tem que pagar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem são as empresas e não são os cidadãos. É uma luta antiga. E estamos todos de

acordo. Não há lá Câmaras do Bloco de Esquerda, felizmente, mas estamos todos de acordo. Mas olhe que os governos que apoiam, este e o anterior, não tem estado de acordo e acham que devem ser os cidadãos a pagar. É pouco, é muito, é uma questão de princípio. Mas olhe que concordamos, mas, enfim, paga quem a lei manda. E a lei do país continua a mandar pagar os cidadãos e não as empresas.

Mas quero lembrar-lhe o IMI adicional! Hoje ainda ninguém falou do IMI adicional!? Essa mentira que o Governo do Partido Socialista, com o apoio dos seus aliados, Bloco, PCP e PAN, na primeira geringonça, criou o IMI adicional. Aquele IMI que alguns pagam, aqueles que são detentores de património dum valor fim superior, nos termos da lei, que chamaram do IMI e adicional para enganar os cidadãos, para os cidadãos pensarem (aqui é que é mesmo enganar) que o dinheiro é para as Câmaras, que é receita para as Câmaras. A Receita é como sabeis para a Segurança Social. Por isso deviam chamar uma outra coisa qualquer. É uma luta nossa também da ANMP, aprovada por unanimidade, por toda a gente, que mudem o nome do imposto. Se querem ter mais um imposto sobre o património nada contra. Quem legisla, legisla. Bem, mas ao menos chamem-lhe uma coisa verdadeira. Imposto imobiliário para a Segurança Social. Chamem-lhe uma coisa que diga a verdade. Mas não chamem IMI porque IMI é imposto municipal. E o IMI adicional no nosso município ainda é de valor bastante interessante para a conta do Orçamento do Estado e do Governo.

Agradecer referências e o apoio Jorge Greno e do Bruno Costa. Foi interessante do Bruno ouvir estas coisas dos resíduos. A Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) duplicou de valor absoluto este ano. O Governo, a ERSAR agora, querem aumentar a tarifa de deposição em 60%. Mas enfim, unidos venceremos e continuaremos essa luta para ganhar.

Há ainda uma nota matemática que é interessante ó Pires da Rosa. No exercício do valor reduzido de IMI com número de contribuintes, a nossa proposta propiciará uma redução de cerca de 58 euros por ano, por contribuinte, valor médio obviamente. Enquanto o valor proposto do Partido Socialista dos tais 0,38 propicia uma redução de 23 euros por ano, por contribuinte, valores médios, usando o valor da redução do valor do imposto absoluto com o número de contribuintes de IMI que temos no nosso município, que são cerca de 41 mil.

Última nota. Para deixar claro, enfim, que estamos felizes pelo pacote fiscal que cá temos. Ele é sustentável, ele é coerente, ele é politicamente consequente com aquilo que foi o nosso compromisso e obviamente garante a execução do nosso Plano e Orçamento que aprovámos há pouco. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Joana Lima (PCP)⁰⁶⁵

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰⁶⁶

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰⁶⁷

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁸

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁶⁹ Ponto 9 - Apreciação e votação do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS1), zero abstenções, e onze votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1+CHEGA1).

Seguiram-se as declarações de voto

Vogal Joana Lima (PCP):[070](#)

“Votamos contra a fixação da taxa do IMI em 0,4% porque entendemos que, tal como referimos na intervenção, esta taxa é não só injusta, como desnecessária e poderia ter sido evitada a sua aplicação em 2022.

Votamos contra a majoração de 10% em imóveis degradados pelas mesmas razões. Com uma taxa menor estaríamos dispostos a considerar majorações.

Votaríamos a favor do IMI familiar se pudéssemos, porque representa o único alívio possível permitido pela Lei e pelo PAM.”

Continuando, o Presidente da Mesa colocou à votação[071](#) Ponto 10 - Apreciação e votação da Derrama para 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS1), três abstenções (CHEGA1+BE2), oito votos contra (PS5+PAN2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Joana Lima (PCP):[072](#)

“Votamos contra a Derrama porque a votação é condicionada pelo PAM. A manutenção deste condicionamento para 2022 poderia ter sido evitado.”

Vogal Pires da Rosa (PS):[073](#)

“Para dizer que votei contra, em solidariedade, com a única e exclusivamente com a lógica do informe do pacote fiscal no que são as Grandes Opções do Plano. Portanto apenas e só nessa lógica argumentativa.”

Seguindo colocou à votação[074](#) Ponto 11 - Apreciação e votação da Participação Variável no IRS para 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS1), uma abstenção (CHEGA1), dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto

Vogal Joana Lima (PCP):[075](#)

“Votamos contra porque a votação é condicionada ainda pelo FAM. A manutenção deste condicionamento para 2022 poderia ter sido evitado. É muito provável que a Participação Variável venha a aumentar, como estava previsto no Orçamento de Estado que não passou, justificando uma boa discussão acerca da devolução de parte do IRS aos contribuintes.”

Prosseguindo colocou à votação[076](#) Ponto 12 - Apreciação e votação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem 2022, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e cinco votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+PS1), uma abstenção (CHEGA1), dez votos contra (PS5+PAN2+BE2+PCP1).

Não houve declarações de voto.

Concluindo colocou à votação[077](#) Ponto 13 – Atualização de Taxas - RUMA (Regulamento Urbanístico do Município de Aveiro) e RMTOR (Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas), sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e um votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS6), três abstenções (PAN2+PCP1), dois votos contra (BE2).

Não houve declarações de voto.

Ponto 14 – Apreciação e votação da Reprogramação de Empreitadas – Exercícios de 2021 a 2024 – Autorização de assunção de compromissos plurianuais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na Reunião Ordinária Pública 03/12/2021, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros da Assembleia e fazem parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa, no seguimento das introduções e apresentações feitas pelo Presidente da Câmara no ponto inicial, deu começo⁰⁷⁸ à apreciação do documento.

Membros da Assembleia

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁹

“Obrigado Senhor Presidente. Em relação a este tema, como está reportada a nossa argumentação noutros pontos, nós iremos abster. O nosso voto não é a avaliação sobre o conjunto das obras. Já falámos sobre a requalificação da 25 de Abril, Cacia, a Rotunda das Pirâmides, etc. Abstemo-nos para viabilizar algumas das obras, nomeadamente as escolas.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸⁰

“Nós, naturalmente, iremos votar a favor.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸¹

Muito obrigado Senhor Presidente. Duas notas breves para salientar a importância e o esforço daquilo que foi dito, em colar o investimento físico à execução financeira e, portanto, obviamente que reconhecemos que essa é uma boa prática de gestão.

Não obstante, penso que de alguma maneira esta recalendarização evidencia uma de duas coisas: ou a dificuldade em executar as obras e, portanto, daí a necessidade de as prorrogar no tempo. Ou então uma questão associada à plurianualidade que está aqui vertida. E eu acho que é essa questão é uma questão relevante. Há bocado não a referi, é que a plurianualidade não significa necessariamente que as obras perdurem no tempo. Portanto não são dois conceitos iguais. Portanto uma é a plurianualidade porque a obra dura três anos ou mais, mas outra coisa é a obra estar inscrita em 2021 e depois andar a saltar nos orçamentos para 2022, 23 ou mais.

Portanto essa foi a crítica que há bocado colocamos aquando das GOPs e obviamente que a questão da plurianualidade é um conceito diferente que obviamente acaba por refletir aquilo que é a natureza do que está em causa. E, portanto, não colocamos nenhuma objeção a isto.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸²

“Senhor Presidente, sendo um ato administrativo a bancada do PSD votará favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸³

“Muito obrigado a todos pelo apoio. Ó Francisco, eu não percebi muito bem, a sério. Eu como sabe gosto de o perceber. A maior parte dos objetivos que estão inscritos nesta

proposta são obras adjudicadas. Depois há apenas três que são obras em adjudicação, embora uma delas já sabemos que temos um acidente concurso deserto, que é o caso do Centro Escolar de Santiago que ficou o concurso deserto. Portanto temos que ir preparar um novo. E havia aqui um outro também com a nota de fase de proposta de procedimento, que, entretanto, foi adjudicado, que é a Casa Mortuária de Oliveirinha.

O outro está em curso, ratificamos na reunião de Câmara de quinta-feira, a lista de erros e omissões do concurso para a obra de requalificação do Centro Cívico de Aradas. Toas as são obras adjudicadas, enfim, e que de uma ou está aqui a passar toda a gente a falar de uma a uma, enfim, posso fazê-lo. Mas, portanto, aquilo que disse não enquadra. Enfim, o Francisco chamou de dificuldade em executar as obras. Pronto, essa expressão pode ser acolhida per aquilo que eu disse. A disponibilidade dos empreiteiros, algumas são pelas disponibilidades deles, outras são nossas. Um exemplo, que é um dos exemplos que está aqui. Qualificação da Mário Sacramento, entregue o empreiteiro Manuel Francisco de Almeida. O empreiteiro Manuel Francisco de Almeida não têm condição, não tem condição de começar esta obra antes de setembro/outubro.

Mas mesmo que tivesse nós não o íamos deixar começar. Porque ele primeiro tem que acabar a obra da Avenida (e tem mais, não tem só essa). Mas primeiro tem de acabar a obra da Avenida. Mas nem foi preciso dizer-lhe isto. Porque no pacote, enfim, calhou-lhe, olhe são os concursos públicos como sabemos, também calha não é, calhou-lhe ganhar um pacote de obras, em que ele tem obras neste momento até ao final de 2023. Portanto é este tipo de circunstância a que se pode colocar a palavra dificuldade, mas não é a questão. Mas a lógica somada é, de facto, nós justapormos. Esse é o grande objetivo de justapormos a execução financeira à execução física, sabendo que é altamente provável que, ao longo do exercício, este mapa vai tendo ajustamentos.

Obviamente que aquilo que aqui está previsto da duração da obra, portanto o cronograma que faz a afetação financeira ao ano 21, 22, 23, tem a ver com os prazos que estão definidos ou nos contratos, a maior parte deles tem contrato, ou nos cadernos de encargos dos concursos. Portanto aí não inventamos. Independentemente depois, várias obras ou todas, virem a precisar de mais tempo. Mas aqui não está isso. Aqui estão os valores de contrato, ok. Só para deixar claro. Não queria deixar isto com falta de entendimento da nossa parte.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁸⁴ o Ponto 14 – Apreciação e votação da Reprogramação de Empreitadas – Exercícios de 2021 a 2024 – Autorização de assunção de compromissos plurianuais, sendo a proposta aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CHEGA1+PS6), cinco abstenções (PAN2+BE2+PCP1), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, ⁰⁸⁵cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Presidente da Mesa:⁰⁸⁶

“Querida manifestar os votos de Boas Festas a todos os Senhores deputados e respetivas famílias. Era tradição, pelo menos no mandato anterior termos aqui um momento musical

de Boas-Festas com um dos nossos Coros. Mas dada a situação que vivemos não é possível. Eu não tenho muito jeito para cantar, embora fiz parte do Grupo dos Pequenos Cantores do saudoso Padre Arménio, mas não fui muito longe nessa vocação. De qualquer forma, assim desta forma mais oral queria transmitir votos de Boas Festas e muita Saúde para todos. Boa noite. Obrigado.”

Finalizando o Presidente da Mesa deu por concluídos os trabalhos da Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro.

Eram 00:15 horas do dia 15 de Dezembro de 2021.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:45)